

V.3 N.1

REVISTA PET ECONOMIA

UFES

ANOS



Equipe Editorial (2022/2)

Editor Chefe: Vinícius Vieira Pereira;

Edição: Matheus Ferreira Maia, Nicolas Azevedo de Oliveira Ferreira, Diogo Schiavinatto e Júlia Paulino Rocon;

Revisão: Bruna Cavati Rossi, Diogo Schiavinatto, Elóra Cristóvão Travezani e Matheus Moreira Leopoldo de Souza e Henrique dos Anjos Moura;

Revisão Final: Arthur Buffon Rodrigues Viana, Júlia Paulino Rocon e Naomi Prates de Lemos Santos;

Diagramação e arte: Breno Liebbmann Vervloet, Isabela Borges Martins Ahouagi, Matheus Ferreira Maia e Maria Luiza Moura Patricio.

Imagem capa: Elaboração Própria.

Registro ISBN:

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2022.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 4 |
| O Marxista e o Padre (Homenagem ao professor Reinaldo Carcanholo) | 8 |
| Resenha Especial - O Nosso Curso é Muito Teórico! | 12 |
| Diz aí, Economista! - professor Maurício Sabadini | 15 |
| Relato dos(as) petianos(as) egressos(as) - Especial 30 Anos | |
| Daniel Pereira Sampaio | 22 |
| Amiris de Paula Serdeira | 26 |
| Celso Bissoli Serra | 29 |
| Ana Letícia Espolador Leitão | 31 |
| Revisitando Resenhas | |
| A Nova Carta de Caminha | 34 |
| É..., ou poderá ter sido? | 37 |
| Uma Escalada Para o Nada | 40 |
| Satisfação profissional: a receita de sucesso das empresas modernas | 43 |
| Eleições: Uma Visão Inter Esferas dos Sete Pecados Capitais | 46 |
| O espetáculo da realidade oprimida | 49 |
| A Falácia do Liberalismo: Ciclicidade Histórica | 53 |
| Muito importa quem se importa | 58 |
| A Constituição Não Está Morta | 62 |
| Universidades Públicas: Desmonte ou Projeto de Sociedade? | 66 |
| Insegurança Alimentar: o menu principal | 70 |

Decisões sob pobreza

Introdução

Vinícius Vieira Pereira¹



Há exatos trinta anos, nascia o Programa de Educação Tutorial – PET Economia da Ufes. Juntamente com o PET de Engenharia da Computação, a Universidade Federal do Espírito Santo apresentava suas duas primeiras experiências desse projeto inovador ligado à universidade pública brasileira. Unindo ensino, pesquisa e extensão, o tripé essencial da vida acadêmica, o programa visava a formação de jovens estudantes críticos e cidadãos comprometidos com a realidade brasileira e mundial, com capacidade de desenvolverem múltiplas habilidades e conhecimentos científicos que os habilitassem a exercer atividades profissionais, seja na

esfera pública ou privada e, especialmente, na docência superior, com o claro propósito de contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual, mais fraterna e solidária.

Tendo na figura do saudoso professor Reinaldo Carcanholo (*in memoriam*) sua referência de tutoria, o PET Economia da Ufes surgia em um período de muitas transformações econômicas e sociais. Era o início da década de 1990, momento em que o neoliberalismo, como a forma contemporânea do capitalismo, penetrava na sociedade brasileira com toda a sua força. Aberturas comercial e financeira irrestritas, início do ataque às conquistas trabalhistas, políticas de privatizações e de desestatização da economia, recomendações de adoção de câmbio flutuante e de um receituário econômico que condenava os gastos sociais, estes considerados irresponsáveis por essa nova doutrina, marcavam o cenário econômico que exigiria dos(as) jovens petianos(as) que ingressavam no programa muita capacidade de análise crítica para lidar com as mudanças que se seguiriam.

De lá para cá, tais transformações ocorreram muito rapidamente nas mais variadas esferas. Na política, a população brasileira conheceria as diretrizes da social-democracia, que partia em busca de um liberalismo econômico bastante ampliado. Mas não tardaria também em testemunhar, pela primeira vez em nossa história, um sindicalista ser presidente do país à frente de um partido dos trabalhadores, e uma mulher chegar à presidência da república. Vivenciáramos a democracia com

¹ Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

todas as suas possibilidades, de eleições diretas acirradas, passando por impeachment presidencial, à eleição de um governo antidemocrático.

Na economia, conheceríamos o plano de estabilização da moeda nacional, o Plano Real, que chegava para ficar após várias tentativas sem sucesso de controle da chamada inflação inercial, e sentiríamos na pele o fenômeno da desindustrialização brasileira. Testemunharíamos crises econômicas recalcitrantes, como a dos anos 1990, que atingiu os chamados Tigres Asiáticos; a dos anos 2000, com o estouro da bolha das famosas empresas “pontocom”, que causaria fortíssimo impacto no mercado financeiro, justamente no momento em que a internet ganhava um espaço cada vez maior entre a população e as empresas de tecnologia surfavam em altas ondas de lucratividade; sem falar na crise de 2008, que abalou as estruturas do capitalismo mundial contemporâneo como a de 1929 havia feito há oitenta anos. Podemos somar a estas a profunda crise política brasileira de 2015, que se arrasta até os dias atuais, e que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Seria impossível abarcar todos os assuntos relevantes ao longo desses trinta anos em uma breve introdução como esta, mas não podemos deixar de mencionar a crescente e necessária preocupação mundial com as mudanças climáticas; a rápida informatização dos dados; os avanços tecnológicos nas comunicações, que nos levariam à geração dos *smartphones* e das redes sociais: do Orkut ao Facebook, Instagram e Tik Tok; os avanços na inteligência artificial e na robótica; a ascensão dos movimentos sociais e das pautas e políticas progressistas e identitárias, que buscam garantir lugar de fala e respeito a diversos grupos sociais historicamente excluídos, abandonados ou ameaçados, em nosso país e no mundo; bem como a ascensão da extrema direita na política global, que se mostrou capaz de negar não apenas a existência de um vírus mortal, o Coronavírus, que resultou na morte de milhões de pessoas em todo o planeta, como também a eficácia da vacina contra a ameaça representada pela Covid-19.

Enfim, muitos dos estudantes de Ciências Econômicas da Ufes que se dispuseram a participar dos processos seletivos e ingressaram no PET Economia tiveram espaço e estímulo para debater e buscar responder às principais questões que marcaram a vida de bilhões de pessoas mundo afora nos últimos trinta anos. Escrevendo resenhas e artigos científicos, interpretando peças teatrais, debatendo música e literatura, apresentando seminários para os demais estudantes do curso, oferecendo minicursos e aulas de monitoria, gravando programas de rádio e, nos tempos mais recentes, *podcasts*, esses estudantes experimentaram, e continuam experimentando, o Programa de Educação Tutorial em toda sua amplitude e potencialidade.

Programa este que, por pouco, não deixou de existir em todo o país ao final dos anos 1990, sob a forte investida do governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse momento que os(as) petianos(as) mostraram que nem só de ensino, pesquisa e extensão sobrevivem os PET's, mas

também de luta. Sim, juntando-se em torno de uma mobilização nacional, com direito a manifestação em Brasília, esses jovens aguerridos defenderam o ensino público e o Programa de Educação Tutorial com todas as suas forças. Garantiram a continuidade do projeto e, no início da década de 2010, conseguiram ainda mais, pois o programa se ampliou no cenário nacional, com a criação dos PET's conexionistas, ou seja, aqueles que agregam mais de um curso de graduação.

Como sinal de respeito, agradecimento e reconhecimento por nossa história, abrimos esta edição especial com um texto em homenagem ao professor e primeiro tutor do PET Economia Ufes, Reinaldo Carcanholo. Para escrevê-lo, convidamos um petiano egresso, o padre da Arquidiocese de Vitória, Vitor César Zille Noronha, bacharel em Ciências Econômicas pela Ufes, o qual teve a oportunidade de conviver com o saudoso professor durante sua passagem pelo programa e que, dessa forma, compartilha com todos nós um pouco de sua história, das conversas com Carcanholo que jamais lhe escaparam à memória e da estreita relação de respeito, amizade e carinho para com o eterno mestre.

Além das resenhas escritas por estudantes do PET, nesta edição trazemos uma em especial, produzida pelo próprio professor-tutor Reinaldo Carcanholo em abril de 2009, num momento em que os cursos de graduação em Ciências Econômicas começavam a receber a ofensiva da ortodoxia econômica, no sentido da construção de projetos pedagógicos voltados aos interesses do mercado. Isso significava modificar profundamente a estrutura curricular dos cursos de Ciências Econômicas, excluindo dela toda a base de disciplinas históricas e críticas que lhe conferiam o caráter de Ciência Social Aplicada e mantendo apenas o núcleo duro da ciência, ou seja, os conteúdos concentrados nas áreas quantitativas da micro e da macroeconomia. Com o título *O nosso curso de economia é muito teórico!*, Carcanholo questiona e critica essa ameaça direta à formação plural e holística do graduando em Ciências Econômicas.

No ano de 2012, o professor Reinaldo Carcanholo decidiu passar o bastão da tutoria do programa. Foi nesse momento que o PET Economia conheceu o segundo tutor de sua história, o professor Mauricio de Souza Sabadini. Trazendo novas atividades e experiências, sem se afastar da perspectiva crítica e questionadora, o professor Sabadini manteve todas as atividades do grupo e ampliou o leque de ações e possibilidades durante os seis anos em que esteve como tutor. Um pouco da experiência vivida, dos momentos que marcaram o PET Economia em sua trajetória pessoal e de seu sentimento de amor pelo programa nos são apresentados na seção intitulada *Diz aí Economista*, em formato de entrevista.

Ainda mantendo o clima de comemoração do aniversário de trinta anos do programa, na seção *Relato do Petiano Egresso*, convidamos quatro petianos(as) egressos(as) para compartilharem suas experiências vividas no programa. Os relatos, um misto de experiências compartilhadas, relações de amizade, sentimentos de responsabilidade e conquistas alcançadas, compõem a seção que traz

as contribuições de Amiris de Paula Serdeira, Ana Letícia Espolador Leitão e dos atuais professores do Departamento de Economia, e outrora participantes do PET, Celso Bissoli Sessa e Daniel Pereira Sampaio.

São tantas as lembranças a serem resgatadas que, nesta edição especial, a seção *Revisitando Resenhas* dedica-se a fazer um retrospecto das resenhas escritas pelos(as) petianos(as) ao longo dos últimos trinta anos. Como não teríamos espaço para reproduzir os mais de 366 textos produzidos pelos integrantes do programa nesse extenso intervalo temporal, resolvemos reler todas essas resenhas, o que foi realizado ao longo de 2021 e 2022, para, em seguida, selecionar treze dentre elas que fossem capazes de trazer à memória vários assuntos que foram notícias em diferentes momentos históricos, de 1992 a 2022, e marcaram a nossa vida, bem como a de seus autores. Assim, gostaria de agradecer, desde já, a todos os estudantes de Economia do PET que ajudaram a compor esse extenso acervo em suas passagens pelo programa, na certeza de que todos deixaram aqui suas marcas e suas contribuições nos tempos em que viveram essa experiência na sala 108 do Prédio Luis Flores Alves, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Ufes.

Para finalizar, convido a todos para lerem esta edição especial de trinta anos do PET Economia Ufes. Uma viagem ao longo da história deste programa que nos abre a possibilidade de conhecer um pouquinho mais sobre aqueles que contribuíram para a criação, construção e fortalecimento desse grande projeto acadêmico, capaz de expressar o genuíno sentimento de universidade, comprometimento e responsabilidade social.

Boa leitura!

O Marxista e o Padre

Vitor César Zille Noronha



Egresso do PET-Economia/UFES. Padre da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo. Graduado em Ciências Econômicas pela UFES, Mestre em Filosofia pela UFES e Bacharel em Teologia pelo CECATES.

Reinaldo Carcanholo é muito conhecido por ter uma obra invejável e ser referência obrigatória a toda uma geração que faz críticas à Economia Política a partir da periferia do mundo, da nossa América Latina – Pátria Grande, apesar de ainda apequenada pela dependência. Sou mais um daqueles que teve o grande privilégio de ler seus textos e de acompanhar suas aulas. Para sempre será meu professor, mas, certo dia em uma reunião, quando eu assim o chamava, ele me disse: “aqui não, aqui somos companheiros e amigos”. Assim sendo, até porque certamente neste exemplar haverá outros autores com maior competência acadêmica, não falo tanto do professor Carcanholo, mas sim do Reinaldo: amigo que

aprendi a amar tão proximamente, em especial no momento mais padecente, e companheiro com o qual, ombro a ombro, travei tantas lutas.

Tive a oportunidade de conhecer o Reinaldo primeiramente por meio dos textos, que me encantavam e eram um meio irrenunciável de entender a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista, especialmente a partir das categorias marxianas. Encantava-me também o fundo que ali existia, de realismo esperançoso ou utopia concreta, no sentido de que não se renunciava, nem um milímetro, a análise científica do real. Não obstante, havia um espaço privilegiado para a ação, de que a práxis transformadora tinha um caráter relevante e insubstituível, não somente para a transformação da realidade concreta, mas também para a sua compreensão. Assim, não se tratava de um “marxista de laboratório” – e isso era determinante para ganhar o respeito daquele jovem militante que eu era –, mas de um intelectual orgânico dos oprimidos, com o pensamento refinado e, concomitantemente, consequente.

De fato, nos aproximamos mais quando eu ingressei no Programa de Educação Tutorial (PET) do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ali, vivi alguns dos momentos mais especiais da minha vida, muitos dos quais com o

Reinaldo. Tenho grande saudade das Reuniões Literárias, responsáveis por aumentar meu gosto pela literatura; dos Teatros do Oprimido, quando tive a oportunidade de conhecer a vida e a obra do gênio Augusto Boal; das articulações políticas, quando atuávamos juntos, seja em questões muito próximas, no Departamento de Economia ou no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, até as eleições presidenciais; os churrascos e cafés na sua casa; as formações e as palestras, dentro e fora da Universidade, das quais algumas tive a honra de dividir mesa com ele; enfim, quando olho para esse período da minha vida e penso no Reinaldo, a memória olha para mim e sorri.

O que me deslumbrava ainda mais eram suas histórias, tantas e fascinantes. Movimento Estudantil; luta contra a Ditadura Militar brasileira; exílio; construção do poder popular no Chile sob a liderança de Salvador Allende; novo exílio na América Central e atuação, também ali, em processos revolucionários; doutorado com Ruy Mauro Marini; carreira acadêmica etc. Meu desejo seria relatar aqui cada uma dessas histórias, mas por falta de espaço, e na certeza de que participarão desta edição pessoas que as viveram juntamente com ele, me dedicarei a relatar uma, que vejo como especialmente atual.

Reinaldo tinha um sonho: o de fazer do curso de Ciências Econômicas um curso de Economia Política, onde a crítica a esta ciência teria lugar privilegiado. Ele possuía, de fato, uma trajetória invejável neste âmbito. Em primeiro lugar, travou o debate curricular na Universidade do Chile, durante o Governo da

Unidade Popular. Depois, o amadureceu na América Central e o implementou, de certo modo de forma exitosa, na Graduação e na Pós-Graduação em Campina Grande, já no Brasil pós-redemocratização. Mas, sem dúvida, toda essa trajetória acabou desembocando e tendo como auge a fundação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), em que, juntamente com outros interlocutores, foi possível aprovar uma reforma curricular baseada no pluralismo metodológico, muito além do empobrecido ensino dominante até então, firmado em manuais pseudo-científicos. Tal perspectiva valorizava, especialmente, ir diretamente aos autores, compreender todas as perspectivas e integrá-las ao pensamento social.

Por que contei essa história? Porque, há quase três anos, estou construindo a “Economia de Francisco e Clara”, iniciativa convocada pelo Papa Francisco para jovens economistas do mundo inteiro, com o seguinte objetivo, de acordo com ele mesmo: “estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta”. Trata-se de uma iniciativa claramente anticapitalista, partindo do diagnóstico que, no mundo atual, a vida está a serviço do dinheiro (capital), mas que se trata de colocar o dinheiro (ou, melhor, toda a riqueza socialmente produzida) a serviço da vida. Muito recentemente, no encontro em Assis (Itália), o Papa falou para mim e para outros jovens economistas que é necessário “ter esperança para mudar o sistema”. Especificamente, houve

uma fala sua que me chamou a atenção e que me fez recordar a história acima, bem como do próprio Reinaldo. O Papa dizia: “Uma sociedade e uma economia sem jovens são tristes, pessimistas, cínicas. Se quiserdes ver isto, ide àquelas universidades ultraespecializadas em economia liberal, e fitai o rosto dos jovens e das jovens que ali estudam”.

Tenho a alegria de afirmar: não fui um jovem triste enquanto estudava economia. Não que não houvesse muitos motivos para me entristecer; não que fosse necessário, aliás muito pelo contrário, arredar um milímetro na análise rigorosa da realidade social, mas o realismo na análise não renegava a necessidade da esperança. Isto é, tratava-se, propriamente, de um realismo esperançoso, que percebe a Economia como ciência do enriquecimento, a qual legitima o processo de acumulação e de distribuição dominante no presente modo de produção e que, por isso, como dizia Reinaldo, “é preciso sair do aquário”. Não se trata de escolher ser ortodoxo ou heterodoxo, dois modos diferentes, porém, tão complementares de administrar a desigualdade estrutural, assim se está dentro do aquário. Trata-se de sair dele, olhar de fora, fazer uma crítica radical à Economia Política, a partir da totalidade social, a partir dos abnegados da terra. Isso cria a utopia concreta; isso opera por esperança ativa; isso transforma o mundo e, enquanto se faz novas todas as coisas, o ser humano também se transforma no processo. Assim, nasce o mundo novo, ao qual o Reinaldo já era um cidadão,

apesar daquela nação não haver ainda sido fundada.

É fato que o Reinaldo se foi, bem como compreendemos isso de modo diferente. Eu, cristãmente, como páscoa para o mundo novo que ele já ajudou a construir neste, mesmo que não o soubesse, ele está apenas em um descansar e voltar ao ser inorgânico. De qualquer modo, afirmo que ele vive e subsiste. Nas minhas memórias, nas minhas recordações, nas minhas lutas, na minha reflexão, nas minhas orações, na minha história. Ao menos desta sede que sou eu, jamais ele se extinguirá. Prova disso, mesmo que em uma homenagem tão banal, dediquei minha monografia na Graduação em Economia a ele quando ainda estava em vida, e dediquei minha dissertação de mestrado em Filosofia a ele in memoriam, inclusive, tendo trabalhado a categoria fetichismo, que conheci por meio dele.

Não posso negar que ele tenha ficado levemente decepcionado quando partilhei com ele que iria para o Seminário, havia sentido o chamado para ser padre. Certamente queria me ver na academia ou na política institucional, como já falara tantas vezes. Não obstante, depois de fazer uma piada sobre a vida celibatária, disse: “Que o teu Deus, que eu espero que exista, porque ele é belo, te abençoe. Mude a batalha, mas não a trincheira”. Depois me contou algumas histórias sobre frades franciscanos, ligados à teologia da libertação, que salvaram sua vida e a de outros exilados brasileiros no Chile, bem como das relações

que estabeleceu com os cristãos pelo socialismo naquele país.

Por fim, digo que foi duro acompanhar seus momentos finais. Lembro-me quando fui tomar um chá em sua casa: sua voz já estava muito embargada, sua pele um pouco escurecida e tinha mal-estares regularmente. O que começou como um câncer de pulmão havia evoluído rapidamente para uma metástase óssea severa. Ele já sabia que não suportaria. Mas, queria conversar sobre os movimentos sociais e mantinha acesa a esperança nas lutas pelas quais viveu. Nelas, ele estava ainda muito vivo. Finalmente, apenas um dia antes de seu óbito, eu e Maria Eduarda Erlacher de Figueiredo, também petiana egressa, fomos visitá-lo no hospital, e ele já estava completamente inconsciente. No entanto, fiquei feliz em vê-lo tão perto da passagem, bem como de poder ter chorado no seu velório juntamente com seus familiares e amigos tão queridos. Além disso, parte de sua biblioteca ficou para mim de herança. Alguns dos seus livros mais antigos, alguns até com dedicatória de ilustres, como do próprio Ruy Mauro Marini. Guardo-os como uma relíquia. Quando leio seus textos escuto ainda vivazmente sua voz, como se ele estivesse aqui a me dizer. Seu humanismo radical – diria, até, cristão – ainda fala muito para mim. Sem dúvida, Reinaldo, permanecemos companheiros e amigos. Troquei de batalha, mas não de trincheira. Você viveu a vida na trincheira dos pobres, trabalhadores, oprimidos e abnegados da terra. Nela também estou, nela quero permanecer para sempre. Até a vitória! Que virá, tenho

certeza. Ou nesta vida – ainda tão obscurecida com as sombras de morte – ou no alvorecer luminoso da vida verdadeira que virá finalmente!

Reinaldo Carcanholo, presente! Agora e sempre!

Resenha Especial:

O Nosso Curso é Muito Teórico!

Reinaldo Antonio Carcanholo (In memorian)

De fato, se observarmos atentamente a estrutura do nosso curso de Economia, veremos que, especialmente nos primeiros semestres, um número muito grande de disciplinas é exclusivamente teórica, e não prática. Estuda-se um número excessivamente grande de autores como Quesnay, Smith, Ricardo, Marx, Marshall (para falar de um só dos autores da Teoria Neoclássica), Keynes, Schumpeter, Sylos Labini, além de inumeráveis páginas sobre formação do capitalismo e evolução econômica do Brasil.

Além de tudo, é importante assinalar que cada um daqueles autores fala sobre assuntos diferentes e, quando não, tem opinião diferente dos demais sobre as mesmas coisas e até sobre assuntos triviais. O pior é que os alunos são obrigados a estudar cada um deles diretamente no original. Não há nenhum esforço de professores ou autores de escolherem ou elaborarem textos resumidos capazes de transmitir didaticamente a opinião de cada um dos autores. Melhor ainda: ninguém se esforça para fazer uma boa síntese de todas essas idéias, de maneira que todo o conhecimento ficasse num único manual ou tratado.

Tendo essas idéias centrais em vista, resume-se

a seguir alguns princípios que deveriam ser seguidos pelos organizadores de curso mais voltado para a prática e não para a teoria:

1. Não é necessário estudar tantos autores, nem estudá-los através de seus textos originais. O conhecimento de muitos dos autores não tem nenhuma importância no mercado de trabalho, conhecê-los não altera as possibilidades de um formando em economia .

2. Os professores devem organizar-se para que suas aulas sejam o mais objetivas possível, com descrição de casos observados na prática do trabalho, muitos exemplos concretos, muitos dados empíricos descritivos da economia real, mercado financeiro, etc (especialmente com a transcrição no quadro negro de tabelas e gráficos ilustrativos).

3. Devem ser usados textos ou manuais práticos bem objetivos, a fim de evitar que o aluno tenha de estudar aquilo que não vai lhe servir na profissão; especialmente aquilo que não o ajude diretamente na hora de disputar espaço no mercado de trabalho. A opção por manuais tem, além disso, a vantagem de evitar gastos excessivos na compra de livros que, embora com interpretações diferentes, tratam dos mesmos assuntos.

4. Frente às diferentes interpretações sobre aspectos relevantes da economia, especialmente da economia brasileira, o professor deve escolher uma, a melhor, e transmiti-la a seus alunos. Com isso, os alunos evitam perder tempo discutindo diversas posições sobre a mesma coisa.

5. Quando o conteúdo que o professor pretende transmitir aos alunos não aparece exatamente num livro texto escolhido ou em alguma apostila, deve haver a oportunidade de que os alunos possam copia-lo, de preferência com a matéria sendo ditada pelo professor quando o tema é muito importante.

6. As avaliações devem ser as mais objetivas possível, de preferência com teste de múltipla escolha ou do tipo certo/errado. Devem ser evitadas as avaliações que impliquem em redações por parte dos alunos, especialmente as muito longas. Os conteúdos exigidos devem restringir-se aos temas discutidos em sala de aula, na forma em que foram apresentados.

7. Disciplinas como Sociologia, Política, Filosofia, Metodologia Científica e Português são dispensáveis ou secundárias.

8. O ensino deve ser voltado para formar técnicos e não cientistas.

Comentário²

Confesso que fiz enorme esforço para resumir as idéias daqueles que combatem a forma de ensinar economia de maneira pluralista. Para alguns alunos e professores, talvez muitos, as

² O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2009.

afirmações anteriores pareçam muito ingênuas e superficiais. No entanto, o número de pessoas que podem pensar assim nos cursos de Economia ao longo de todo o país não pode ser considerado desprezível.

Considero que a proposta implícita naquelas idéias conforma o que poderíamos chamar de “ensino medíocre”. Esse tipo de ensino, o da mediocridade, que lamentavelmente é generalizado no país, só pode formar seus alunos para preocupações burocráticas ou subalternas.

O mercado de trabalho, para o tipo de ocupações indicadas, não é, nos nossos dias, muito favorável, especialmente para aqueles que iniciam sua vida profissional e buscam seu primeiro emprego; nesse mercado, o desemprego é muito grande. Para as ocupações burocráticas ou subalternas, a concorrência normalmente é vencida por aqueles que são originalmente mais talentosos, mais espertos ou melhor apadrinhados. Na verdade, a palavra talento não é a mais adequada nesse contexto; a melhor talvez fosse inclinação ou personalidade subalterna/burocrática.

O certo é que o ensino universitário, bom ou ruim, muito pouco pode contribuir para um candidato a essas ocupações, além do formal diploma. Este, até tem certa importância. No entanto, o ensino universitário público não pode contentar-se com isso.

O ensino da mediocridade não pode ser o objetivo da universidade pública.

O mercado de trabalho para o verdadeiro economista, hoje mais do que nunca, exige um

profissional com elevado grau de criatividade e ousadia para enfrentar problemas novos, capaz de aceitar desafios que a vida diária e prática constantemente nos estão lançando. A teoria que deve aprender na Universidade não é um conjunto de definições para serem decoradas e repetidas para o entrevistador na hora da seleção para um emprego qualquer. Ela, se realmente compreendida, serve como instrumento necessário para interpretar adequadamente a realidade, e como ferramenta indispensável de trabalho para o profissional de economia, seja qual for a ocupação escolhida, exceto as burocráticas ou subalternas.

Aquele que acha que nosso ensino de Economia é muito teórico e pouco prático talvez não ouse pensar por si mesmo e queira respostas prontas para todos os problemas que enfrenta. Para os problemas novos e relevantes, elas não existem; precisam ser elaboradas.

Aquele que não quer enfrentar-se com as dificuldades de um estudo profundo, sobre qualquer âmbito do conhecimento humano, talvez possua uma original inclinação para ocupações rotineiras ou burocráticas. Uma cômoda e confortável posição subalterna é o máximo de sua aspiração. Nosso ensino de Economia não foi feito para ele.

É verdade que seria um erro quereremos formar cientistas nos nossos cursos. Não é isso que pretende a maioria dos que procuram nosso curso, nem haveria mercado de trabalho para tantos. Queremos formar profissionais para o

mercado de trabalho, mas que sejam competentes e que realmente estejam em condições de enfrentar adequadamente as dificuldades da concorrência. Para isso, não há outro jeito: ele deve ter uma sólida e ampla formação teórica, histórica, instrumental e técnica. Ele não será completo, ademais, sem uma formação cultural adequada.

No entanto, se depois de uma séria avaliação do nosso curso, realmente chegássemos à conclusão de que ele é excessivamente teórico, a culpa não seria das disciplinas ligadas a essa área; seria, na verdade, das outras. A responsabilidade seria das disciplinas mais ligadas às questões concretas, por não estarem à mesma altura daquelas que estão voltadas mais para a teoria.

Na verdade, os atuais professores de disciplinas mais instrumentais ou técnicas, mais ligadas à realidade econômica concreta, enfrentam hoje um desafio que os mais antigos não conheceram: devem ensinar matérias para alunos mais exigentes, mais conhecedores de economia, capazes de interpretar, com pensamento próprio, muitas questões. Enfrentam-se estudantes que já conhecem os grandes pensadores. Esse é um grande desafio, especialmente porque a bibliografia disponível nem sempre é satisfatória; nossa formação, tampouco. Aqueles professores que querem enfrentá-lo com seriedade e humildade, que tenham nosso apoio.

Não queremos um curso exclusivamente teórico, nem tampouco o ensino da mediocridade.

Diz aí, Economista! - Especial 30 Anos do PET-Economia/UFES

Mauricio de Souza Sabadini



Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor egresso do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

1) Sabemos que, no ano de 2012, o professor Reinaldo Carcanholo (*in memoriam*) deixou a tutoria do PET-Economia/UFES, o qual havia fundado e dirigido durante 20 anos. O grupo, que tinha sua imagem vinculada ao Carcanholo, teve que experimentar a chegada de um novo professor-tutor, propondo um desafio tanto ao senhor quanto aos petianos(as) da época. Nesse cenário, qual foi o elemento que o fez se interessar pelo programa e o que te convenceu a tomar essa decisão? E como foi o período de adaptação do grupo?

R: Acompanho o Programa de Educação Tutorial do curso de Economia desde a minha entrada na Ufes e já via nele um “algo a mais” no processo formativo dos discentes, tanto do ponto de vista do potencial de desenvolvimento dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, quanto no avanço pedagógico e formador, a partir de suas diversas atividades culturais, literárias, teatrais, musicais, de expressão e comunicação, bem como de convivência e resolução coletiva de problemas. Os primeiros documentos que regulamentam os grupos PET já indicavam que seus fundamentos passavam necessariamente pelo caráter de formação crítica do seus integrantes, como indica, por exemplo, o capítulo 1 das Normas Gerais do Ministério da Educação, que deixa claro a necessidade do “desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre os bolsistas” (2006, p. 6)³. As atividades do PET, aliadas aos seus princípios norteadores existentes nas resoluções do Programa, ultrapassam a tradicional indicação de que o PET atua nos eixos centrais de ensino-pesquisa-extensão de nossas universidades. O PET oferece muito

³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. “Manual de Orientações Básicas - Programa de Educação Tutorial (PET)”, 2006.

mais do que a importante e necessária tríade indicada, daí sua relevância. Para além das atividades, insere os/as petianos/as no conhecimento do funcionamento das instâncias administrativas e a participação nas diversas comissões e setores envolvendo os grupos PET na universidade, também contribuindo para o amadurecimento e proporcionando novas experiências ao longo de sua jornada no grupo. Por isso, sempre ouvimos que “O PET é, em tamanho pequeno, a universidade que queremos para o Brasil” (CARCANHOLO, 2007, p. 51)⁴. Assim, posso afirmar, sem nenhum *clichê*, foi um amor à primeira vista!

Desde então, pelo meu próprio envolvimento e participação nas atividades, dentro e fora da Ufes, foi natural candidatar-me a ser tutor deste grupo que eu tanto admiro. Naturalmente, “substituir” o professor Reinaldo Carcanholo não foi tarefa nada simples, por sua própria qualidade intelectual, de liderança, de décadas acumuladas de vivência com o PET. Aliás, não tem substituição propriamente dita, até porque cada um tem as suas particularidades, as suas singularidades, mas, o mais importante, é que o projeto de formação crítica, base fundamental dos grupos PET do país, conforme consta em seus documentos norteadores, continuasse, que o PET pudesse seguir seus caminhos mantendo a qualidade de seus trabalhos e a referência que sempre teve, mesmo que com pequenas

adaptações. Adicionalmente, a participação de petianos e petianas que já estavam no grupo também foi um aliado importante, junto ao meu conhecimento prévio da metodologia de trabalho.

2) Durante o tempo em que o senhor esteve como tutor do PET-Economia/UFES, o programa realizou diversos eventos e atividades para a comunidade externa e, também, voltado para estudantes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Dentre essas atividades, podemos destacar o evento de 25 anos do PET-Economia. Nesse evento, ocorrido em 2017, houve a realização de uma palestra pelo economista Wilson Cano (1937-2020) e a apresentação do projeto de extensão “Teatro do Oprimido”, um método teatral baseado nas obras do teatrólogo Augusto Boal. O senhor poderia detalhar a experiência de coordenar o grupo para organização do evento? Naquele momento, qual o debate econômico predominante levou à escolha do nome do professor Wilson Cano?

R: Nós comemoramos os 20 e 25 anos de fundação do grupo em 2013 e 2017, respectivamente, sendo o PET-Economia o primeiro a ser criado na Universidade Federal do Espírito Santo, junto ao PET Engenharia da Computação, conforme Ofício da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES datado de 21/02/1992 e enviado pela Pró-Reitoria de Graduação-PROGRAD ao Departamento de Economia no dia 19/03/1992. Desde sua criação, em abril de 1992, muitas pessoas passaram pela

⁴ CARCANHOLO, Reinaldo A. VIII. Tutor: Reinaldo Antonio Carcanholo. In: SOARES, Maria do Carmo F.; MOURA, Maria D. (Orgs) “O Programa de Educação Tutorial (PET) em perspectiva: o olhar dos tutores”, Recife, Editora UFRPE, p. 47-51, 2007.

sala do PET, e muitas histórias foram construídas em cada mesa, em cada cadeira, em cada reunião e atividade desenvolvida, dentro e fora da Ufes. Certamente cada egresso/a tem seus “causos”, suas histórias, que ficarão marcadas para o resto da vida, e quando me encontram fazem questão de falar da importância que o PET teve na sua vida profissional e pessoal. Na pesquisa com os egressos, divulgada na comemoração dos 20 anos do grupo, estes relatos individuais foram, como era de se esperar, confirmados. Naturalmente, estas experiências e memórias não seriam diferentes para mim. Vou citar apenas uma delas, envolvendo o Teatro do Oprimido.

Se não estou enganado, a nossa atividade do Teatro do Oprimido foi encenada pela primeira vez na Ufes no evento de 25 anos, mais precisamente no dia 31/08/2017. Por ser de caráter mais extensionista, a peça teatral sempre foi interpretada fora da Ufes, normalmente em escolas e comunidades de bairros. Seu texto possui diversas temáticas que provocam profundas reflexões, que vão desde questões econômicas, como o desemprego, a assuntos como preconceitos, violência familiar, dentre outros. O comitê de organização do evento resolveu inserir a peça antes da palestra do professor Wilson Cano, mas não imaginávamos como seria a reação dos estudantes, colegas de curso, sobretudo porque, como sabemos, a metodologia do teatro do oprimido requer a participação direta das pessoas nos possíveis desfechos da trama. Posso dizer que tudo deu certo, para além das

expectativas que nós criamos. Mas, ainda sobre o teatro, este próximo relato até hoje me deixa um pouco, digamos, nostálgico e triste por não tê-lo registrado. É que certa vez fui buscar o teatrólogo Augusto Boal, criador da metodologia do Teatro do Oprimido, que veio participar de uma atividade na UFES, no aeroporto. Naturalmente, mesmo não sendo tutor à época, eu o levei à sala do PET-Economia para apresentá-lo ao grupo e dizer que usávamos de sua metodologia de trabalho em uma de nossas atividades, o nosso Teatro do Oprimido, com um texto construído pelos/as próprios/as petianos/as. O que eu lamento até hoje, é que não fizemos nenhum registro fotográfico desta visita. Mas, o que mais me espantou foi quando chegamos na Ufes, mais propriamente nas tendas armadas ao redor da Adufes, onde seria realizada a atividade, e eu percebi que muitas pessoas cercavam o carro que eu havia acabado de parar. E eu não entendia o porquê, estava até um pouco assustado com aquilo. Mas, percebi que elas queriam somente ter um momento de proximidade com o Boal, este grande dramaturgo, diretor de teatro, artista de nosso país. Eu confesso que, hoje, pensando naquele dia, me sinto um pouco chateado comigo mesmo por não ter registrado nada daquele momento, e até mesmo nos faz refletir como muitas vezes devemos dar mais importância a certos fatos cotidianos de nossas vidas que são relevantes e que não mais voltarão a acontecer.

A outra atividade do evento comemorativo dos 25 anos foi a palestra do professor Wilson Cano, que, por minhas lembranças, foi

indicado a partir de uma lista elaborada pelos discentes da Economia. E aí tem uma outra história que, pela primeira vez, vou relatá-la publicamente, lembrando que o professor Wilson Cano sempre teve boas e intensas ligações com o Departamento de Economia, sendo professor e orientador de professores e ex-professores de nosso departamento.

O convite feito ao referido docente foi aceito prontamente e pouco tempo antes da viagem, já com as passagens emitidas e o hotel reservado, eu não recebia mais resposta de sua vinda. Ao ligar para a Unicamp, fiquei sabendo que o professor estava adoentado e hospitalizado, o que de antemão me deixou surpreso e preocupado com a pessoa dele, e que tinha cancelado todos os compromissos de sua agenda, menos um: o evento do PET-Economia. Eu confesso que foi um misto de preocupação e alegria. Ao chegar, fui buscá-lo no aeroporto, comemos uma moqueca, conversamos por um longo período e o deixei no hotel. Nesse ínterim, ele me contou o que aconteceu nas últimas semanas; fizemos o evento no dia seguinte, este, felizmente, devidamente registrado, e ele retornou à Campinas. Mas, o mais importante para mim, e que me deixa muito orgulhoso: mesmo não estando em condições plenas de viajar e de trabalhar, pude perceber o respeito que ele teve por nós, colocando-nos, de certa forma, em um lugar privilegiado. O professor Wilson Cano, que aqui rendo minhas homenagens, faleceu no início de 2020.

3) Ao longo da sua trajetória de seis anos na tutoria do PET-Economia/UFES, o senhor

conviveu com os mais diferentes perfis de petianos(as), com visões de mundo distintas. Como o senhor coordenou o grupo PET de modo que as diferenças deixassem de ser um desafio e se tornassem importantes para a formação plural do programa? Ademais, como o senhor conduziu o grupo em períodos de elevada rotatividade entre os membros, somado a chegada de novatos(as) no programa?

R: Formalmente, de fato foram 06 anos como tutor. Mas, como indiquei anteriormente, foram muitos, muitos mais acompanhando de perto as atividades do PET. Por isso, posso dizer que a pluralidade e a diversidade, em todos os níveis e especificidades, sempre foi uma característica do PET, quer seja do ponto de vista pessoal, religioso, de origem econômica, política, cultural etc, e que se, por um lado, requer muita sabedoria do/a tutor/a na condução do grupo, que nos digam as reuniões semanais que muitas vezes eram/são tensas, por outro, reflete a riqueza da compreensão e do aprendizado com o diferente, com o pensamento diverso, com a opinião distinta, e nessa dialética também reside a grandeza do grupo, de perceber o heterogêneo, de se posicionar, “ganhando” e/ou “perdendo” nas votações internas que acontecem nas reuniões. Esta vivência plural oferecida pelo PET também é de fundamental importância para o processo formativo, profissional e pessoal de seus integrantes.

E estas características estão nas regulamentações e objetivos do PET, como na Resolução nº 22/2019 do Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que descreve algumas normas para o funcionamento do Programa de Educação Tutorial (PET) na Ufes, que tive a honra de participar de sua elaboração junto a professora Cláudia P. Pedroza Canal, à época na PROGRAD, e um representante discente. Em seu Art. 3º, página 02, afirma: “VI. Estimular o pensamento crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; IX. Contribuir com a política de diversidade na Instituição de Ensino Superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero, e da inclusão de pessoas com deficiência”.

O problema da rotatividade já se manifestava nos anos em que estive à frente do PET-Economia. E, ao contrário do que possa parecer, não acontece em todos os grupos PET da Ufes. Os seus motivos são variados, desde questões financeiras, já que a bolsa há anos permanece a mesma, até questões pessoais, de reprovação etc. Por isso, a sua existência, até certo nível, é compreensível e não interfere profundamente no cotidiano do grupo, já que enquanto alguns saem e outros entram, sempre tem aqueles que permanecem até o final do curso e passam a sua experiência para os demais, num processo construtivo. O problema é quando esta rotatividade aumenta em demasia...

4) Um dos pilares do PET-Economia são as atividades extensionistas, ou seja, os projetos voltados para o público externo à UFES. Dentre estas, temos em destaque o “Teatro do

Oprimido” e o “Desmistificando a economia: do ‘economês’ para o português”, que foram, e ainda são, realizadas em escolas públicas e centros comunitários. Nesse sentido, no período em que estive como tutor, o senhor poderia relatar as suas experiências mais marcantes em atividades realizadas pelo PET-Economia fora da Universidade? Além disso, como a conjuntura econômica nacional impactou o planejamento das atividades extensionistas?

R: Não sei se estarei cometendo um erro ao generalizar a afirmação seguinte, mas nós da Economia não temos muita tradição no desenvolvimento de atividades extensionistas. E esta característica foi sendo aperfeiçoada no PET-Economia ao longo dos anos. A própria criação do programa na Rádio Universitária FM, o “Resenha Econômica”, que foi ao ar pela primeira vez em 22/03/13, é uma atividade que engloba a tríade do ensino-pesquisa-extensão, já que abrange um público ouvinte para além das fronteiras de nossa universidade. E foram muitas as experiências de atividades desenvolvidas junto à comunidade externa, onde as pessoas mostravam em seus olhos a descoberta de determinados assuntos, ou a identificação a partir do que se falava na atividade. Eram momentos marcantes, alegres por percebemos a satisfação com que éramos recebidos e, ao mesmo tempo, muitas vezes tristes. Me recordo uma vez, na apresentação do Teatro do Oprimido, que uma senhora relatou que a encenação da nossa peça retratava a realidade de sua vida, de agressões e opressão familiar. Foi algo muito forte e

ficamos em silêncio por um tempo. E nos últimos anos da tutoria, os impactos e as dificuldades para a realização destas atividades, que envolve o deslocamento para outros municípios, foi aumentando em função dos cortes e atrasos no pagamento do custeio. Quando possível, muitas vezes íamos com as nossas próprias conduções.

Para além das perguntas feitas, adiciono aqui o período após a saída da tutoria. Também declaro pela primeira vez em público que minha saída do PET-Economia não foi tão simples para mim, pelo contrário, eu sofri como alguém que “perde” um ente querido e próximo. Tanto é que fiquei muitos meses sem ter a coragem de entrar novamente na sala do PET. Mas, ao mesmo tempo, tinha a sensação de dever cumprido e orgulho de ter dado continuidade a este projeto que consideramos tão importante para a formação pessoal e profissional de nossos discentes.

5) O PET-Economia depois de 30 anos de existência passou por diversos períodos de instabilidade política que ameaçaram, e ainda ameaçam, sua existência, como congelamento de gastos ou bolsas em atraso. O programa, como o senhor sabe, faz parte da identidade do curso de Ciências Econômicas da UFES, dado que além de desenvolver o senso crítico de seus participantes, ajudou no desenvolvimento acadêmico e pessoal de centenas de petianos(as). Atualmente, os grupos PET sofrem com bolsas que não têm atualização desde 2010 e a rotatividade dos(as) petianos(as) está alta, sendo que, em muitos casos, não completam o ciclo ideal de

2 anos de participação. Assim, quais as principais perspectivas você vislumbra para o programa e universidades públicas frente ao avanço do neoliberalismo no Brasil?

R: Em primeiro lugar, não acredito na existência de um “ciclo ideal de 2 anos de participação” no PET. Esta narrativa criada em algum momento deve ser, a meu ver, imediatamente desconstruída. Procurando ser sucinto em um tema muito complexo: como brevemente indicado anteriormente, acredito que a rotatividade, pensada do ponto de vista do grupo, fragiliza um dos esteios do PET que é exatamente o trabalho coletivo e o desenvolvimento da autonomia de seus integrantes. Naturalmente, após um período de vivência nas diversas atividades, acadêmicas, administrativas, organizacionais, dentro e fora da universidade, que demandam tempo, mais do que os supostos 02 anos, o/a petiano/a estará preparado para passar a sua experiência para os demais componentes do grupo, exercendo, neste momento, um papel maior de liderança, que também se aprende, que já foi de seus ex-colegas. Portanto, seu aprendizado não para, é sempre contínuo. Por outro lado, não sou insensível para entender os motivos desta rotatividade: normalmente, como sabemos, por questões financeiras e pretensa inserção no mercado de trabalho, facilitada, supostamente, pelo estágio. Sabemos da defasagem das bolsas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e dos sucessivos cortes em áreas prioritárias para a população, como nos gastos sociais, envolvendo, por exemplo, saúde, educação, infraestrutura, também explicado pelo avanço

do projeto neoliberal. Portanto, trata-se de um tema complexo e que envolve discussões estruturais, tanto do ponto de vista macroeconômico, quanto de mudanças no mundo do trabalho. Mas, digo com muita tranquilidade: o estabelecimento de um período de permanência no PET não existe e não pode ser tomado como regra.

A influência das atividades desenvolvidas pelos grupos PETs não se concentra somente em seus integrantes. A promoção de atividades diversas e a introdução de novas práticas pedagógicas, provocam interferências diretas, apesar da difícil percepção no cotidiano, nos demais discentes dos cursos diretamente vinculados ou não ao grupo PET. E estas relações também estão descritas nas normativas que fundamentam e regulamentam os grupos PET.

E, finalmente, sabemos que falar de previsões acerca da educação, da economia, dos grupos PET, no curto, médio e longo prazo não é algo tão simples. Tanto o PET quanto as universidades públicas sempre foram atacadas ao longo de décadas, num amplo processo de desmantelamento com posterior mercantilização. Cheguei a pensar que o PET seria extinto, revelando um processo de tentativas históricas de dissolução que marcou a vida e trajetória desses grupos no país. Mas, as resistências sempre existiram. Nos últimos anos, eu estudei um pouco o processo de formação histórica e econômica do modo de produção capitalista que tem me ajudado bastante nas discussões da teoria econômica e na percepção do mundo contemporâneo,

envolvendo o passado, presente e futuro, a consciência histórica. Sem querer dar respostas, entender esses movimentos e transformações nos ajudam a compreender a dimensão da totalidade, que determina os fundamentos gerais, e as particularidades dos movimentos que afetam o nosso cotidiano. No meio, estamos nós e nossa capacidade de agir.

RELATO DO PETIANO EGRESSO

Daniel Pereira Sampaio



Egresso do PET-Economia UFES. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Doutor e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Graduado em Ciências Econômicas pela UFES.

Foi com muita alegria que recebi o convite para escrever para a edição comemorativa dos 30 anos do grupo PET-Economia/UFES! Aproveito a oportunidade para parabenizar ao grupo por esse momento tão importante! É hora de celebrar! Parabenizo a todas e a todos, sejam petianos (atuais e egressos), tutores (atual e egressos) e estudantes, profissionais, gestores e professores que, de alguma forma, contribuíram para as atividades ao longo das últimas três décadas.

Ao mesmo tempo em que é uma celebração, o momento também nos coloca um convite à reflexão. A comemoração dos 30 anos do

PET-Economia/UFES está inserida em uma conjuntura bastante complexa. A conjuntura internacional nos convida a refletir sobre os tensionamentos geopolíticos internacionais: flexibilização da pandemia da Covid-19; guerra entre Rússia e Ucrânia; ascensão da China e as disputas com os Estados Unidos; crescimento do fascismo; aumento global da desigualdade, da pobreza e da fome; avanços da degradação ambiental, da violência e de demais opressões, entre outros.

Em nosso país, a conjuntura também nos convida a refletir e agir, seja em relação aos temas presentes na agenda externa, seja nas especificidades internas. Tanto como reflexos da arena internacional quanto daqueles relacionados a um certo estilo de (sub)desenvolvimento. Por exemplo, pelo avanço da desindustrialização, da reprimarização, da prática da austeridade e do desfinanciamento de políticas sociais (inclusive das Universidades), do coronelismo, do latifúndio monocultor, do aumento da violência, da precarização do trabalho, do retorno do Brasil ao Mapa da Fome, das mais variadas opressões (raça/cor/etnia/gênero), entre outros.

Nesse contexto, podemos levantar alguns desafios para nossa Universidade e, mais especificamente, para o nosso curso de

Ciências Econômicas. No início do atual ano de 2022, retornamos para as atividades presenciais na Universidade, após dois anos de necessárias atividades remotas, que foram realizadas em virtude da pandemia. Muitas alunas e alunos estão tendo o primeiro contato com a Universidade, as professoras, os professores, os técnicos-administrativos e os colegas⁵.

Sempre que tenho a oportunidade, afirmo que a Universidade é um espaço de aprendizados e vivências. Trata-se de um local privilegiado para a realização de estudos individuais e coletivos; promoção de debates e aproximação com diversos temas, grupos de estudos e pesquisas. É local, também, para aprender sobre distintas “visões de mundo”. Evidentemente, tal formação facilita e orienta a entrada no mercado de trabalho, com profissionais atentos para enfrentar desafios contemporâneos. É um espaço de vivências, nos corredores, cantina, Teatro, Cinema, Galeria de Arte, Centro de Línguas etc. A Universidade é espaço, portanto, para a formação teórica, técnico-instrumental, humanística e cultural.

O projeto pedagógico do nosso curso de Ciências Econômicas da UFES contempla a relevância dessas dimensões, especialmente quando se posiciona pela defesa da formação plural dos estudantes. É importante ressaltar que a participação no grupo PET-Economia potencializa esses momentos de vivências e

⁵ Ao mesmo tempo em que a flexibilização da pandemia retoma nosso contato e convivência, ela também nos revelou a importância de estar presente de modo ativo no mundo digital.

aprendizados na Universidade e a formação plural no nosso curso. Tomo a liberdade de afirmar isso, pois tive a experiência de viver um pouquinho no programa.

Possivelmente, meu primeiro contato com o PET-Economia foi na “Semana de Calouros”. Além da apresentação, houve um momento que era chamado “Oficina de Conjuntura”. Tive a oportunidade de participar do processo seletivo do PET-Economia no final do primeiro período da graduação (2005/1)⁶, tendo ingressado efetivamente no início de 2005/2. Participei do grupo PET-Economia/UFES por pouco mais de dois anos, até setembro de 2007. Durante esse período, acredito que aprendi sobre qual é o “sentido” do programa, realizei as atividades e pude passá-las para os novos ingressantes do grupo.

Tenho muita gratidão por todos os momentos vividos, tanto com o tutor, o saudoso professor Reinaldo Carcanholo (*in memoriam*), quanto com os demais colegas. Sem dúvida, muitas amizades foram ali realizadas e permanecem até os dias atuais. Desde já, peço desculpas se esqueci de alguém, mas seguem meus agradecimentos: Diogo, Felipe, Ana Maria, Celso, Lorena, Julierme, Mariana, Camilla, Gabriela, Parlei, Patrick, Rodrigo Delpupo, Paula, Victor, Érico (*in memoriam*), Dihego, Danielle, Eduardo, Augusta, David, Vitor, Rafael Venturini...

Durante meu período no programa, pude participar de um conjunto de atividades que me

⁶ Em 2005/1, ainda como calouro, ingressei na gestão do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALECO).

despertaram o desejo de continuar estudando e pesquisando durante e após minha graduação. Gostei de fazer parte das várias atividades que o grupo realizava na época, muito das quais permanecem até os dias de hoje⁷. Dentre as atividades, gostaria de destacar o “Do Economês para o Português”, o “Teatro do Oprimido”, a “Resenha Econômica”, os “Seminários”⁸, a “Semana de Calouros”, a “Discussão e Reunião Literária” e, também, as comissões internas. Dentre as comissões internas, a que mais gostei de participar foi a “Comissão de Egressos”, que nos colocou em contato com diversas gerações de petianos. Foi tocante perceber não só o carinho e a gratidão, mas também a formação crítica e aproximação com a academia das diversas gerações.

Em 2006, fomos convidados para participar da comissão organizadora do Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que aconteceu na UFES. Nesse evento, recebemos economistas críticos relevantes em nossa cidade, em um evento de grande porte. Foram marcantes as viagens com os colegas do PET-UFES. Fomos para o ENAPET de 2006, em Florianópolis/SC e, em 2007, para Belém/PA⁹. Durante essas viagens, pude ter um

⁷ Provavelmente, algumas das atividades que não existiam na época são: Podcast (Resenha Econômica e Mulheres na Economia), Discussão Musical, Mostra Interna de Artigos Acadêmicos e Mostra de Profissões. Elas revelam a necessária atualização do PET-Economia, em especial, com o mundo digital.

⁸ Mais especificamente, me recordo de um sobre o movimento Mangubeat e outro sobre o Punk Rock.

⁹ A viagem para Belém/PA durou três dias para ir e três dias para voltar!

contato maior com os colegas dos demais grupos PET da UFES e com o movimento nacional dos grupos PET. Nesses eventos pude perceber, mais claramente, a relevância nacional do grupo PET-Economia/UFES e do tutor da época, o professor Reinaldo Carcanholo. Além disso, foi possível ver muitos personagens que participavam ativamente da lista de e-mails do PET-BR¹⁰. No final de 2008, ao final do curso e já como “petiano egresso”, tive a oportunidade de viajar com alguns colegas para participar da ANPEC em Salvador/BA. Participar desses eventos foi muito importante para conhecer novos lugares, culturas, pessoas e, também, para perceber que nosso curso nos traz a possibilidade de ter uma boa formação.

Na época que fui petiano, tínhamos que participar de pelo menos um grupo de pesquisa. Naquele período, eram poucos os grupos no nosso Departamento, por essa razão era altamente recomendável a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura. Meu primeiro contato com o Conjuntura foi ainda no primeiro semestre de 2005, tendo assistido apenas a uma ou duas reuniões. A decisão de não entrar em algum grupo, naquele momento, foi porque achei que seria difícil fazer aquelas atividades em um momento tão inicial do curso. No entanto, o professor Paulo Nakatani, coordenador do grupo, decidiu dar uma pausa nas atividades por aproximadamente um ano. O grupo retornou

¹⁰ Acompanhar a lista de e-mails do PET-BR era um desafio, dada a quantidade de mensagens. Mas rendia, ao mesmo tempo, boas reflexões e risadas.

em meados de 2006, com mais professores e alunos participantes. A proposta inicial era retomar o processo de formação do corpo docente, discutindo as metodologias das pesquisas, propor discussões e, no primeiro trimestre de 2007, avançar para publicar um boletim especial com um balanço do primeiro Governo Lula.

A experiência de participar do número especial do Boletim de Conjuntura foi incrível. Participei do subgrupo “Nível de Atividade”, sob coordenação do professor Vinícius Pereira, sendo responsável pela subseção do Produto Interno Bruto (PIB), a tal “vaca sagrada dos economistas”. Em especial, foi na elaboração deste boletim que me identifiquei com as atividades do Conjuntura, com os temas ali abordados, e a elaboração dele me traz boas memórias¹¹. Foi no grupo de conjuntura que primeiramente tive contato com o tema da desindustrialização no Brasil, que venho discutindo desde aquela época. Era um tema novo para a época e continua em evidência até o presente momento.

Acompanhar o noticiário econômico em jornais e órgãos oficiais do governo acabou se tornando uma atividade rotineira, que era compartilhada entre todos os participantes do Grupo, em relação aos mais diversos temas econômicos, especialmente por listas de e-mail. Discutir sobre os temas de economia era prazeroso e palco de intensos debates nos corredores, almoços no RU, cafés na cantina e

demais espaços de sociabilidade, especialmente com o Rafael Silva (*in memoriam*) e o Victor. Esse processo se intensificou após a grande crise internacional, que se iniciou no final de 2007, e teve efeitos desastrosos na economia global em 2008. Enquanto docente, não tinha muita ideia do significado daquela crise, mas, pacientemente, nossos professores nos ajudavam a entender aquele momento histórico.

Após, aproximadamente, quinze anos de minha saída como integrante do PET-Economia/UFES, permaneço com muito carinho e boas memórias. Agradeço pelos momentos vividos, pelos aprendizados e vivências. Percebo que, ao longo desse tempo, o PET-Economia buscou se atualizar, mas, ao mesmo tempo, manter princípios importantes, como o do trabalho em grupo, da diversidade e da pluralidade. Muitos desafios estão postos, dos quais destaco a necessária atualização dos valores das bolsas e o valor de custeio. Tais avanços não virão sem luta! Junto com a luta, vamos aproveitar o momento, estourar o espumante (ou a bebida que preferir), encher as taças, brindar e celebrar os 30 anos do PET-Economia/UFES!

¹¹ Participei, primeiramente, do subgrupo “Nível de Atividade” e, um tempo depois, migrei para o subgrupo “Empregos e Salários”.

RELATO DA PETIANA EGRESSA

Amiris de Paula Serdeira



Egressa do PET-Economia/UFES. Atua com gestão de projetos, monitoramento e avaliação de impacto de projetos sociais, nas áreas de educação pública e políticas públicas. Graduada em Ciências Econômicas pela UFES e especialista em Gestão Pública (Insper).

“Para entender a minha entrada no PET, primeiro vocês precisam entender de onde eu vim.” - eu li essa frase no relato de uma petiana, em uma edição anterior, e achei muito impactante. Afinal, é possível dar um recorte de nós sem contar nossas raízes? Acredito que somos uma soma de vivências que desemboca em como vemos e nos relacionamos com o mundo hoje - e o PET Economia da Ufes foi parte importantíssima desse processo para mim.

Sou filha de mãe solo, professora de educação básica, majoritariamente de fundamental 1, de escola pública. Cresci passando a maior parte

da minha infância em escolas, seja a que eu estudava, ou as que minha mãe dava aula. A educação tinha suas contradições intrínsecas na minha vida: era direito, mas também era dever (tive bolsas integrais ou parciais em escolas particulares durante todo meu ensino fundamental e médio, de modo que estudar era necessário); era o ganha-pão, mas não sem escutar cotidianamente sobre a precariedade da situação do professor na educação pública e os desafios de manutenção de um ensino público de qualidade.

Mesmo considerando a ambivalência da educação na minha vida, a ideia de obter conhecimento em toda oportunidade possível e além dos limites geográficos da pequena cidade em que cresci era fascinante para mim. Quando passei no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a potência e as possibilidades de aprendizado sem limites me animavam - e a ideia de ser um fio condutor desse conhecimento para as pessoas no futuro se consolidava para mim como um caminho possível.

A ambivalência se manteve: aprender era prioridade, mas se manter financeiramente também. Lembro de, na primeira semana de aula, na apresentação do grupo para a turma de calouros, eu ficar muito deslumbrada com o PET - seja pelas pessoas, seja pelo potencial do

que o grupo fazia. Como o processo seletivo não vinha, para não “ficar parada”, comecei a fazer parte da empresa júnior. Felizmente, alguns dias após minha efetivação como *trainee* na empresa júnior, saiu o tão esperado processo seletivo e eu fui aprovada.

Em uma sociedade em que educação é um direito que não podemos tomar como garantido, participar do PET me garantiu o privilégio de dedicar alguns anos a aprofundar os estudos nas disciplinas básicas do curso e ampliar meu desenvolvimento integral. Me proporcionou desenvolver e refinar pensamento científico, escrever e aprovar trabalhos em seminários regionais (aliás, participar de qualquer congresso relacionado com o curso ou com o PET que a universidade fornecesse ônibus), participar de grupos de estudo internos (como de pensamento keynesiano, teoria econômica, história do pensamento econômico), e grupos do Departamento (como o Grupo de Conjuntura Econômica) - inclusive ali (e nas provas do Saade) foram as primeiras experiências de análises econômicas de conjuntura.

É difícil que alunos tenham vivências de pesquisa, ensino ou extensão na universidade. Mas o PET tinha isso tudo como premissa. E provocava curiosidade, que a gente fale e exponha nossa visão, que se posicione, que aprenda a ouvir, que participe e ocupe espaços, que participe ativamente da comunidade que atuamos. Isso se traduziu para mim em participação na vida acadêmica em todas as suas possibilidades: me envolvi com o Centro Acadêmico, onde fui diretora de várias cadeiras

e vice-presidente, organizei desde Congresso de Economia como representante discente pelo Departamento até calouradas como diretora de assuntos acadêmicos pelo C.A., comecei a ter dimensão do que é movimento social (e entender o que é política pública, na verdade), pude apresentar o curso “Do Economês para o Português” não só para a comunidade acadêmica, mas desde assentamentos do MST até escolas públicas do ciclo básico, pude criar uma chapa e disputar cadeiras no DCE. Isso deu uma experiência tão completa de pesquisa, ensino, extensão, movimento estudantil e movimento político universitário, disputas de poder desde chapas de C.A. até eleições de Departamento, movimento social, academia, que até hoje acho muito incrível ter tido experiências tão múltiplas.

E o PET não era “só” tudo isso. Anualmente, tínhamos clubes do livro, onde dissecamos algum(a) autor(a) aclamado(a) da literatura. No meu último ano, fizemos esse clube mas com um estilo musical. E quando eu achava que era suficiente ler alguém, vinham meus colegas e me mostravam a importância de contexto, de compreensão histórica do que se passava no mundo e naquela sociedade enquanto alguém publicava. Curioso, porque no início eu achava que era mania de acadêmico e hoje eu percebo que isso criou as bases para um pensamento crítico e olhar amplo sobre problemas.

Olhando em retrospectiva, eu lembro com muito carinho dessa época: do cuidado dos petianos mais velhos em conversar conosco (e minha tentativa de fazer esse papel, quando eu me tornei ‘a mais velha’), dos almoços no RU e

cafés na cantina do CCJE, da correria para impressão de cartaz pré-congressos e como transportar um cartaz enorme sem amassar em viagens longuíssimas de ônibus, da criação de rotina e normalização da convivência com os professores (e a humanização do professores nesse processo), dos encontros literários, do orgulho de organizar um evento de economia pela primeira vez. Participar do PET já era ter dedicação exclusiva, não só ao programa, mas ao meu desenvolvimento integral.

Curiosamente, a partir da vivência do PET, eu comecei a ter uma visão muito mais ampla do que é a academia e para que serve; de que vale tanto quanto o conhecimento que gera, as pessoas que impacta e o impacto social que gera. Eu só fui entender muitos anos depois a profundidade que essas experiências tiveram em mim. Não só isso, mas foi um empurrão para impactar minhas aspirações profissionais. Se hoje eu trabalho com impacto social, política pública e, mais especificamente, com educação pública, certamente há uma influência dessa experiência como petiana.

RELATO DO PETIANO EGRESSO

Celso Bissoli Sessa



Egresso do PET-Economia/UFES. Professor de Economia e Chefe do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Espírito Santo (CORECON/ES) e coordenador do Centro de Estudos Computacionais em Equilíbrio Geral (CECEG). Graduado em Ciências Econômicas pela UFES e Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

Ingressei no curso de Ciências Econômicas em 2003 e, assim como é comum a vários alunos, eu havia escolhido o curso por ter manifestado algum interesse na área desde o ensino médio, mas, por certo, sem a menor ideia do que realmente iria estudar.

À época, a entrada no Programa de Educação Tutorial (PET) de Economia da Ufes era permitida apenas para alunos do terceiro período em diante. Até então, o contato que tive com o grupo se limitou basicamente às atividades realizadas pelos petianos com os

calouros e as resenhas que eram distribuídas no corredor do Ed. IV. Para além das disciplinas, no primeiro ano do curso, participei da empresa júnior Consultores Juniores Associados (CJA).

Sempre ouvia de outros alunos que o PET se dedicava mais às atividades acadêmicas e isso chamava muito a minha atenção. Quando a seleção foi aberta, resolvi tentar e acabei sendo selecionado. É claro que a entrada no grupo gerava algumas inseguranças: será que eu me adaptaria e daria conta de todas as atividades? Na verdade, a insegurança era compartilhada por todos os ingressantes, mas o acolhimento caloroso e o apoio dado por alguns dos petianos mais experientes tornaram a adaptação muito mais fácil.

Particpei do grupo PET por três anos, sob a tutoria do saudoso professor Reinaldo Carcanholo. Ele era uma figura marcante que gerava admiração pela sabedoria e pela experiência e, ao mesmo tempo, certa intimidação pela personalidade forte e posições combativas. Porém, a convivência logo se encarregou de mostrar um outro Reinaldo, o qual era acolhedor com os alunos e idealista nos seus propósitos conosco. Apesar de nunca ter sido tão próximo a ele quanto outros petianos, sempre tivemos uma relação de muito respeito.

Na época, a UFES contava ainda com poucos grupos PET. A permanência por três anos em um grupo tão heterogêneo foi uma experiência muito rica. Aprender a lidar com pessoas de opiniões tão diferentes não era opção, era o ponto de partida para todo o crescimento pessoal que viria a acontecer. Reuniões mais tensas faziam parte da rotina. Os desafios eram muitos, mas era justamente essa diversidade que o Reinaldo buscava e que se constituía a essência do programa.

Boas amizades marcaram esse período, algumas delas continuam mesmo após mais de 15 anos de minha saída. Os frequentes atrasos no pagamento das bolsas também eram marca daquela época, praticamente faziam parte do calendário e eram motivo de muitas piadas entre os petianos, embora refletissem enormes desafios orçamentários que o programa enfrentava nacionalmente. Entretanto, por condições familiares favoráveis, eu não dependia da bolsa para permanecer integralmente na universidade e, por isso, pude aproveitar bastante o que a UFES oferecia. Fui monitor de disciplinas, participei do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura, do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALECO), fui representante estudantil no Departamento de Economia e, em conjunto com vários colegas, participei de inúmeros eventos e palestras. Com toda certeza, essas foram atividades das quais eu não participaria caso não estivesse no PET.

RELATO DA PETIANA EGRESSA

Ana Letícia Espolador Leitão



Egressa do PET-Economia/UFES. Pesquisadora de questões relacionadas à dialética alimentação e fome e aos temas inerentes a ela, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), às questões estruturais, à produção de alimentos e às transformações nos regimes alimentares. Cofundadora do *Groupe d'études Josué de Castro*, juntamente com M. Gilles Fumey (Professor e supervisor do Doutorado Sanduíche na Sorbonne-Université) e outros mestres e doutores na França. Graduada em Ciências Econômicas pela UFES, Especialista em Ciências Humanas e Desenvolvimento Regional, Mestra em Ciências do Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) e Doutora em Geografia.

Participar do PET-Economia UFES foi importante para minha formação, pois pude passar o dia na Universidade, aprender muito sobre a vida universitária e me concentrar nos meus estudos teóricos.

Vivi a UFES durante minha graduação, aproximando-me de outros cursos e vendo a importância da inter/multi/transdisciplinaridade.

Particpei de alguns eventos no estado do Espírito Santo e fora dele, como nos dois Fóruns Social Mundial (FSM), o segundo e o terceiro, em 2002 e 2003, respectivamente.

Foi graças ao II FSM que tive contato com a peça do Teatro do Oprimido, do renomado dramaturgo Augusto Boal, em que, posteriormente, consegui desenvolver a versão do PET-Economia/UFES. Fico contente por essa atividade perdurar até o momento, pois também tive a oportunidade de conhecer o Augusto Boal pessoalmente na UFES, em 2003, quando ele assistiu a nossa peça, na qual eu interpretei a “mãe”.

Concentrarei, por isso, meu depoimento na versão PET do Teatro do Oprimido, pois a peça foi concebida em 2002, isto é, antes do “boom” das políticas públicas para educação e antes do desmantelamento do Estado.

O primeiro desafio que tive foi a criação da versão PET-Economia do Teatro do Oprimido, pois não apenas estive na comissão de elaboração da peça, mas fui a única que participou de todas as etapas dela, isto é, dos ensaios e da atuação, atuando eu no único papel feminino, ou seja, com a personagem “mãe”.

Enquanto escrevia a peça, pensei não apenas em uma oportunidade de ascensão social para o filho (personagem que recebia a bolsa de estudos para ingressar em uma graduação de filosofia), mas também em relações de opressão cotidianas. Isso porque a peça retratava violências físicas, psicológicas, morais e/ou sociais das outras personagens, isto é, da mãe e do pai, além do filho. E o Teatro do Oprimido de Augusto Boal tem, justamente, essa preocupação: de chamar para a atuação pessoas que sofrem opressões e que querem modificar sua realidade, ou seja, que buscam sair do “papel” de oprimido vendo outras realidades e muitas vezes se identificando com elas. Então, a peça chama para atuação o público geral que quer modificar a realidade de opressão. Assim sendo, só é permitida a participação desse público no lugar do personagem oprimido em determinada cena. No caso da peça, somente o “patrão” não pode ser substituído, pois não sofre nenhuma opressão na versão PET. Entretanto, o pai, opressor na relação com sua mulher (a “mãe”) e com o “filho”, é oprimido na relação com seu empregador. Esse pai também é substituído pelo filho, quando o patrão o demite, tratando-o de forma descartável.

Ressalto aqui que a peça tem se destacado no PET há duas décadas, em que tem sido um sucesso quando apresentada, isso porque na sociedade ainda existem: a) violências (físicas, morais, psicológicas, sociais...) contra as mulheres e outras “minorias”; b) opressão dos sonhos de adolescentes, que muitas vezes são enquadrados sem desenvolver um pensamento crítico; c) violências domésticas, também contra

os filhos; d) opressão nas relações trabalhistas com a precarização do trabalho, com a retração de direitos trabalhistas...

Para concluir meu depoimento sobre a versão PET do Teatro do Oprimido, agradeço aos petianos, que têm aprendido a atuar, com a missão de passar o conhecimento da melhor forma possível à comunidade em geral, pois além do minicurso “Do Economês para o Português” e outros eventos que o PET promove (para retribuir o conhecimento que se adquire no programa), temos na peça teatral o empenho dos petianos. Assim, ver estudantes de graduação atuando em uma peça para conscientizar o público, que muitas vezes pode ser oprimido e até opressor, faz despertar quem somos e permite pensar de forma a melhorar a realidade de quem a assiste, além de perpetuar o nome do dramaturgo Augusto Boal.

Contudo, percebi no PET que a Universidade não está dissociada das mazelas do sistema econômico, das estruturas políticas e sociais, das reificações..., mas que é possível ter uma formação transformadora, mais humana e humanista, com respeito à diversidade, ao meio-ambiente, às pessoas em geral, sem perpetuar preconceitos, violências, opressões... Embora o PET também não seja imune a isso, muitos dos petianos têm a oportunidade desse despertar e de fazer a diferença.

Enfatizo meu agradecimento ao período que fui petiana, pois pude ter acesso a uma bolsa no Centro de Línguas da UFES, quando comecei meu aprendizado do idioma francês, o que me ajudou a ir na França quando fiz o Doutorado

Sanduíche na Sorbonne-Université. E, claro, agradeço aos amigos que fiz no PET.

A Nova Carta de Caminha

Everlam Elias Montibeler

Romulo Patrick da S. Santos

- Está lá???

Olá meu amado Rei, aqui quem fala é o Pero Vaz. Está me ouvindo bem?

Peguei emprestado o celular de um nativo aqui da nova terra.

Tudo bem, o Capitão Pedro está lhe mandando um abraço.

Chegamos na terça, 21 de abril, mas deixei para ligar no Domingo porque a ligação é mais barata. E aqui tem dessas coisas.

Os nativos ficaram espantados com a nossa chegada por mar, não achavam que éramos Deuses, Majestade.

Acharam que éramos loucos de pisar em um mar tão sujo.

A ligação está boa? Pois é, essa terra é engraçada.

Tem telefonia celular digital, automóveis importados, acesso gratuito à Internet mas ainda tem gente que morre de malária e está cheia de criança barriguda de tanto verme.

É meio complicado explicar.

Se já encontramos o chefe?

Olha Rei, tá meio complicado. Aqui tem muito cacique para pouco índio.

Logo que chegamos à Porto Seguro tinha um

cacique lá que dizia que fazia chover, que mandava prender e soltar quem ele quisesse.

É, um cacique bravo mesmo...

Mais para o Sul encontramos outra tribo, uma aldeia maravilhosa e muito festiva, com lindas nativas quase nuas.

Seguindo em direção ao Sul, saímos do litoral e adentramo-nos ao planalto.

Lá encontramos uma tribo muito grande.

A dos índios Sampa. Conhecemos o seu cacique, que tinha apito mas que não apitava nada, coitado. Dizem até que ele apanha da mulher.

O senhor está rindo, Majestade? Juro que é verdadeiro o meu relato.

Como vossa Majestade pode perceber, é uma terra fácil de se colonizar, pois os nativos não falam a mesma língua.

Sim, são pacíficos sim. É só verem um côco no chão para eles começarem a chutá-lo e esquecerem da vida.

Sabem, sabem ler, mas não todos. A maioria lê muito mal e acredita em tudo que é escrito.

Vai ser moleza, fica frio.

Parece que há um "Cacicão Geral", mas ele quase não é visto. O homem viaja muito.

Dizem que se a intenção for evitar encontrá-lo, é só ficar sentado no trono dele.

Engraçado mesmo é que a "indiaiada" trabalha a troco de banana. É banana!!!

Todo mês eles recebem no mínimo 151 bananas.

Não é piada, Majestade.

É sério!! Só vindo aqui prá ver..

Olha, preciso desligar.

O rapaz que me emprestou o telefone celular precisa fazer uma ligação. Ele é comerciante.

Disse que precisa avisar ao povo que chegou um novo carregamento de farinha.

Engraçado... eles ficam tão contentes em trabalhar...

A cada mercadoria que chega, eles sobem o morro e soltam rojões.

É uma terra muito rica, Majestade. Acho que desta vez acertamos em cheio.

Isso aqui ainda vai ser o país do futuro...

Paulo D'Angelo, publicitário, reescreveu a *Carta de Caminha* e ganhou o concurso "Crônica do Ouvinte" promovido pela Rádio Bandeirantes.

Comentário¹²

Passados 500 anos da carta que mostrou nossa existência ao mundo, parece que não caminhamos para o futuro (desenvolvimento), e sim regredimos. Basta olhar nossos índices de analfabetismo, criminalidade, desemprego, poluição, corrupção e outros mais, para percebermos que a terra mencionada como um

paraíso tornou-se uma frustração para a maioria dos seus habitantes.

Pode parecer piada, mas cedemos nossas riquezas, abrimos nossas matas para o livre comércio, trocamos nossa estrutura construída com o esforço de todos por "bananas" e, ainda assim, nossa dívida não foi quitada. Será que ainda devemos alguma coisa? Será que todos participaram dessas decisões?

A guerra, travada pelos primeiros habitantes contra a destruição de suas moradias pelos invasores, parecia prever o que acontece hoje com grande parte dos habitantes que lutam diariamente não apenas pela manutenção de suas casas, mas também pelo direito da posse de um pequeno pedaço de terra, onde possam construir seus lares em paz e garantir a sobrevivência digna de suas famílias. Será que o ser humano não tem direito a uma vida decente?

Os direitos a democracia e a soberania são pré-condições básicas para a construção de uma nação mais justa. A má divisão das riquezas está presente desde o desembarque do primeiro homem branco no Brasil, quando o direito a propriedade privada foi instituído, dando respaldo à ganância européia.

O trabalho, antes uma obrigação individual exercida por todos com resultado igualmente dividido entre os nativos e exercido quando necessário, não adaptou-se ao modo de produção da civilização moderna. Foi necessária a implantação de um novo sistema produtivo. Alguns passaram a trabalhar todos os dias e a receber em troca algumas "bananas"

¹² O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2000.

sem direito a reclamar (pois esta é a quantia máxima possível para manter a estabilidade e, de outra forma, compromete-se as metas acertadas com os deuses), enquanto que o resultado do trabalho deve ficar nas mãos de uma minoria, pois estes são os novos donos da mata, antes uma propriedade de todos. Será que a parte paga aos trabalhadores é justa?

Os nativos não tinham uma organização complexa, com vários poderes para manter a ordem e a justiça e, mesmo assim, não temos conhecimento de corrupção ou apropriação indevida naquela época. Enquanto que, com todo o aparato da nossa civilização, todos os dias descobrimos que o roubo e a corrupção começam nos poderes que têm como objetivo garantir a igualdade entre todos. Será que podemos confiar na Justiça?

A “educação” do período pré-colonial era diferente da atual. Antes, todos tinham o direito de aprender sua cultura, não existia o ensino privado e nem a necessidade de uma prova para nivelar o aprendizado. Hoje, a educação de qualidade está restrita apenas a algumas pessoas que podem pagar por este "privilegio". E os lugares públicos, onde com todo o esforço algumas pessoas ainda lutam por uma educação com qualidade, vêm sendo destruídos, pouco a pouco, pelos governantes, que preferem um povo fácil de domesticar. Será que ainda temos educação?

Temos que procurar entender como passamos a ser dependentes das outras nações, não apenas em relação a fatores econômicos, mas também a fatores culturais. É necessário mais do que

uma reflexão para entender nossa realidade. É preciso olharmos estes 500 anos de história com um olhar crítico, contra histórias mal contadas e injustiças sociais.

De quem é a culpa? Será que ainda somos o “país do futuro”? Sinceramente, para responder estas perguntas, como as demais encontradas no texto, temos de procurar entender nosso processo de (sub)desenvolvimento no contexto histórico e termos a certeza de que a resposta está em nossas mãos. Desta maneira, teremos a convicção de que é preciso lutar para que, no futuro, possamos reescrever uma nova carta, não de descobrimento, mas para informar que a igualdade social encontra-se nestas terras.

É..., ou poderá ter sido?

Ana Letícia Espolador Leitão

Diêgo Lopes Corrêa

É.

A gente quer viver uma nação!

É...

Música de Gonzaguinha

A gente quer valer o nosso amor,

A gente quer valer nosso suor,

A gente quer valer o nosso humor,

A gente quer do bom e do melhor,

A gente quer carinho e atenção,

A gente quer calor no coração,

A gente quer suar mas de prazer,

A gente quer é ter muita saúde,

A gente quer viver a liberdade,

A gente quer viver felicidade.

É...

A gente não tem cara de panaca,

A gente não tem jeito de babaca,

A gente não está com a bunda exposta

na janela

Pra passar a mão nela.

É...

A gente quer viver pleno direito,

A gente quer viver todo respeito,

A gente quer viver uma nação,

A gente quer é ser um cidadão,

Comentário¹³

A presente música foi composta por Luiz Gonzaga Júnior, conhecido como Gonzaguinha. Ela aborda, claramente, o anseio da maioria da população (o povo) em ter acesso tanto aos direitos constitucionais quanto aos da vida. Infelizmente, mais de uma década depois, esta música continua atual, pois, mesmo com a Constituição de 1988, com a esquerda no poder e com outras mudanças significativas em prol da democracia (poder do povo), não houve ainda a conquista plena desses direitos e desse poder.

“É...”: prova disso pode ser comprovada através das políticas realizadas pelos últimos governos de eleição direta – conquista democrática –, proporcionando a continuação da plutocracia (poder dos ricos). Isso tem provocado uma concentração de renda cada vez maior nas mãos de uma minoria capitalista, a qual consegue não apenas deter grande parte do capital, mas também ampliá-lo.

“A gente quer valer o nosso amor, a gente quer valer nosso suor, a gente quer valer o nosso humor, a

¹³ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2003.

gente quer do bom e do melhor, a gente quer carinho e atenção, a gente quer calor no coração, a gente quer suar mas de prazer, a gente quer é ter muita saúde, a gente quer viver a liberdade, a gente quer viver felicidade”: ou seja, a maioria da população também tem o direito de viver seus sentimentos humanos, trabalhar dentro de seus limites físicos e psicológicos. Ela também tem o direito ao humor de qualidade e ao lazer. Os trabalhadores deveriam poder ter acesso às mercadorias que produzem, isto é, não somente aos bens essenciais à sua sobrevivência. A população merece ter à sua disposição serviços básicos de saúde pública e de medicamentos. O povo também deveria ter direito à liberdade (de fato), de fazer o que gostaria de fazer, de ir para onde quisesse ir...

“A gente quer é ter muita saúde”: isso significa não apenas ser saudável, mas também ter direito a um atendimento médico estruturado na rede pública de saúde, o qual piorou com intensidade nos três governos anteriores.

“A gente quer viver a liberdade”: não apenas ir e vir, nem somente não ser torturado fisicamente pelos detentores do poder, como ocorreu na Ditadura Militar. Também se quer ter liberdade para se comer o que, onde e quando quiser; liberdade de escolha política, sem ser coagido ou comprado com lotes; liberdade de ser digno cidadão de uma nação, sem submissão ao imperialismo etc.

“É... A gente não tem cara de panaca, a gente não tem jeito de babaca, a gente não está com a bunda exposta na janela pra passar a mão nela”: isso todos nós entendemos claramente.

“A gente quer viver pleno direito”: a Constituição brasileira declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Contudo, os que exercem o direito, que prescreve a lei, são os que possuem alguma instrução e poder, pois o povo não possui propriedade privada nem a oportunidade real de alcançar uma educação de qualidade, oferecida gratuitamente desde o ensino fundamental. Assim, fica difícil ao povo ocupar o espaço reservado à classe alta e aos extintos pertencentes à classe média.

“A gente quer viver todo respeito”: para exercer nossa cidadania (*“A gente quer é ser um cidadão”*), para a gente poder criar e viver em uma nação. **“A GENTE QUER VIVER UMA NAÇÃO!”**. E isso somente é possível com a conscientização da população. Entretanto, essa população sofre com restrições devido à falta de dinheiro para adquirir bens e serviços essenciais à sua sobrevivência cidadã, ou seja, viver com dignidade e com acesso às condições básicas.

“É”. Parece que a desigualdade social no Brasil não durou “apenas” quinhentos anos, muito menos a crescente concentração de poder nas mãos de poucos. A gente convive em um cenário que não demonstra expectativas imediatas para o crescimento econômico sustentável; que não proporciona harmonia entre as classes sociais, principalmente entre a maioria do povo brasileiro.

Desde que chegaram os europeus ao Brasil, a

dominação de uma pequena classe hegemônica sobre grande parcela da população chegou ao “Novo Mundo”. Em vez de consertarem o antagonismo já vivido em seu continente, exterminaram as comunidades aqui existentes e intensificaram as práticas desumanas de comércio (tráfico) de pessoas utilizadas como mão-de-obra escrava.

E, como já se sabe, até hoje é apontado um preconceito racial, cultural e social em busca de um culpado para a situação econômica calamitosa do Brasil perante os países desenvolvidos. Também se elogia o governo militar (no qual a repressão e o prejuízo aos trabalhadores existiram intensamente). Sempre se busca uma explicação para justificar a presente subordinação brasileira.

Entretanto, o que falta é uma reforma de base plena, que proporcione a redução da exclusão sócio-econômica da maioria da população e que se invista na ciência e na tecnologia nacional, reduzindo significativamente nossa dependência internacional e a intensificação da exploração da força-de-trabalho, principalmente a infantil.

A maioria dos atuais países desenvolvidos passou pelas reformas de base¹⁴, as quais proporcionaram uma redistribuição de renda,

condições para a produção tecnológica, fortalecimento do mercado interno, entre outros benefícios tão importantes quanto esses. A partir disso, quem sabe se é possível mudar a situação em que o país encontra-se? Através dessas reformas de base, condições favoráveis poderão ser geradas para o tal sonhado retorno ao crescimento.

Caso isso ocorra, esta canção de Gonzaguinha, felizmente, será apenas uma remota lembrança do povo brasileiro. Quem sabe, de toda a classe trabalhadora...

¹⁴ Reformas de base compreendem uma reestruturação sócio-econômica, garantindo à maioria da população a inserção social, uma vez que a história pode ter alijado essa maioria do acesso aos direitos de estudar, de ter uma moradia... Consideram-se como reformas de base: a reforma agrária, a reforma da educação, entre outras. Na história do Brasil (em 1964), surgiu um movimento popular que reivindicava por essas reformas. O Golpe Militar de 1964 evitou que se efetivassem essas reformas.

Uma Escalada Para o Nada

Celso Bissoli Sessa

Diogo Franco Magalhães

Brasília - O dinheiro é curto, mas não para a educação. Apesar de se considerarem pobres ou de classe média baixa, os professores brasileiros preferem sacrificar parte da sua renda familiar e colocar seus filhos em escolas particulares. A pesquisa "O Perfil dos Professores Brasileiros", preparada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e divulgada hoje, mostra que 54% dos 5 mil docentes entrevistados escolheram pagar pela educação dos filhos.

Uma decisão que, mesmo quando a escola não está entre as mais caras, pode comprometer boa parte da renda familiar. A maioria dos 5 mil professores entrevistados (65,5%) tem renda de até 10 salários mínimos (R\$ 2,4 mil) e um terço ganha no máximo R\$ 1,2 mil. Na análise dos dados, os pesquisadores apontam essa tendência como um esforço dos professores em garantir a "mobilidade social" para seus filhos - um futuro melhor do que eles tiveram.

A maior parte dos professores entrevistados estudou em escolas públicas e hoje dá aulas no mesmo tipo de instituição. Apesar de ainda terem uma renda baixa, o estudo garantiu a essas pessoas uma vida melhor do que a de seus pais. A pesquisa mostra que 64,2% dos atuais professores têm pais que não conseguiram

completar o ensino fundamental. "Há uma aposta dos professores na educação de seus filhos como seus pais fizeram com eles. Esses professores são a prova de que o investimento na educação tem um altíssimo retorno. É nisso que eles estão apostando", analisou Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil.

Atualmente, a garantia de uma evolução social ainda maior está na escola privada, pois a qualidade das escolas públicas é reconhecidamente questionável. "Esses dados revelam a dramaticidade do que vem acontecendo no ensino público brasileiro. Mostra como os próprios professores estão vendo a educação no Brasil, buscando a escola privada apesar de terem uma renda relativamente baixa. Não pode ser fácil", disse o secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad.

No entanto, a pesquisa traz uma contradição: para os professores, a escola pública não é boa para educar seus filhos, mas é um bom local de trabalho. Apesar das queixas sobre salários e condições de trabalho, a maioria dos entrevistados disse que está satisfeita com a carreira. Mais do que isso, 50,2% dizem que querem continuar trabalhando na mesma função, na mesma escola. Um quarto dos entrevistados gostaria de continuar

trabalhando com educação, mas sem ser professor. Apenas 10,7% revelam desejo de trocar de área.

A pesquisa mostra, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos professores para acompanhar o avanço da tecnologia e mesmo ter acesso a atividades culturais. Mais de 40% dos professores entrevistados foram no máximo uma vez a museus, 23,5% lê jornal apenas uma ou duas vezes por semana, 58,4% nunca usa a Internet e quase 60% não tem correio eletrônico. A maioria, 74,3%, tem a televisão como principal forma de lazer. "Essas deficiências que os professores identificam na sua própria formação e no acesso que têm a bens culturais e tecnologias pode ser, inclusive, uma das razões para que eles prefiram colocar seus filhos nas escolas privadas. Acreditam que nelas a formação dos professores e o acesso a esses bens será melhor", disse Jorge Werthein.

ESTADÃO. **Professores da rede pública querem filhos na particular.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/educando/noticias/2004/mai/24/197.htm>¹⁵. Acesso em: 20 ago. 2004.

Comentário¹⁶

Prenunciado. Esse é o adjetivo que melhor exprime a que ponto chegou a educação no Brasil. Porém, debater apenas as ações governamentais que levaram a esse enorme desgaste não é suficiente, conforme mostra a reportagem.

É conhecida a retração no total de recursos que são destinados pelo governo à educação e os diversos efeitos perversos que isso acarreta.

¹⁵ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

¹⁶ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2004

Todavia, a reportagem demonstra um novo aspecto que deve ser considerado.

A educação pública, após anos de sucateamento, deixou de ser um referencial e, nas condições hoje apresentadas, de forma alguma poderia sê-lo para as classes médias. À exceção do Ensino Superior público, cujas bases têm sido sistematicamente minadas, as escolas de maior qualidade aparecem no âmbito privado. A discrepância existente entre o serviço público e o privado aumenta à medida que se privilegia uma ótica mercantil das necessidades básicas do homem — tais como o direito à alimentação, à assistência médica e à educação — que, conforme determina a Carta Magna de 1988, deveriam ser metas indiscutíveis e prioritárias.

Contudo, é importante assinalar que até mesmo os professores da rede pública, formados através das escolas estatais, não crêem na qualidade e continuidade do fornecimento desse serviço gratuitamente.

A intenção manifestada pelos professores da rede pública atesta uma importante vitória dessa perspectiva. Se os filhos do sistema de ensino público não se identificam com ele a ponto de não se manifestarem criticamente contra seu desmonte, tem-se um êxodo para a esfera privada.

Esse êxodo fortalece cada vez mais essa visão individualista da sociedade. A decisão de matricular os filhos em escolas particulares não se encerra em si mesma. Isso sinaliza a indisposição da população em geral, mas sobretudo da pequena burguesia — com acesso

à educação e à saúde —, para lutar por direitos universais.

Em outros termos, por que se preocupar com a educação gratuita e de qualidade, quando se pode pagar por bons serviços?

A própria lógica de funcionamento do sistema econômico não converge para que toda a sociedade e o ensino público universal e de qualidade convivam juntos, pois sua natureza excludente apregoa a necessidade de novos espaços de valorização, e a educação não é um caso a parte.

Dentro dessa lógica, as identidades de classe social perdem-se, pois se alimenta e se cria a ilusão de que a ascensão social depende apenas do desempenho individual. O proletário não se vê como tal, mas como um potencial candidato a pequeno burguês e, assim, para ele é totalmente inútil lutar por uma ótica mais cidadã e solidária. A obtenção do diploma — que agora é uma mercadoria, uma forma mais fácil de obter dinheiro — é o objetivo maior da educação.

Mais que isso, para aqueles que não possuem os meios de produção, ou seja, aqueles que deveriam enxergar na educação uma forma de conscientização, não faz diferença se o conhecimento tornou-se algo fútil, desprovido de reflexão e ideologia. O importante é a formação do “capital humano”.

A estrutura em que a sociedade está organizada assume, cada vez mais, uma conformação verticalizada, na qual a educação apresenta-se como um fetiche: os degraus para a ascensão social. Concomitantemente, a idéia de uma

sociedade horizontalizada, pautada em princípios solidários, é abandonada em vista de um ideário de estado mínimo.

A totalidade da realidade não é abarcada e os indivíduos agem como numa eterna luta pela sobrevivência, nada mais.

Satisfação profissional: a receita de sucesso das empresas modernas

Paula Rubia Simões Beiral

Rodrigo Delpupo Monfardini

EXAME - Na melhor empresa do Brasil para trabalhar, o trabalhador também é acionista e uma de suas características essenciais é sua inteligência e capacidade de se reinventar. Quem descreve é o presidente da Promon, companhia paulista eleita a número um do Guia EXAME - VOCÊ S/A: As Melhores Empresas Para Você Trabalhar 2005.

Luiz Ernesto Gemignani, presidente da Promon, que atua nos segmentos de engenharia e tecnologia, recebeu o prêmio na noite desta segunda-feira (5/9), em uma festa promovida pela Editora Abril, em São Paulo. "Esse prêmio reafirma e fortalece nossas convicções sobre a forma que trabalhamos e valorizamos nossos colaboradores", diz Germignani. "Em um mundo cada vez mais selvagem, ser premiado pelo rigor com que tratamos assuntos como transparência, diálogo com os colaboradores têm o mesmo efeito que o milagre para uma pessoa crente." Na premiação, foram consagradas as 10 primeiras colocadas no ranking de 150 empresas. [...]

O Guia EXAME VOCÊ S/A também premiou as 10 primeiras colocadas no ranking das melhores empresas para a mulher trabalhar. A

primeira colocada e tri campeã foi a Natura. "Receber o prêmio nos estimula a manter a paixão por essa vocação de cuidar do outro, cuidar do mundo, buscar um mundo melhor", afirma a diretora de Recursos Humanos, Claudia Falcão. [...]

Segundo Roberto Civita, presidente do Grupo Abril, que edita EXAME e Você SA, o Guia 2005 revelou instigantes situações nas melhores empresas para trabalhar do Brasil. Uma delas: boa parte dos trabalhadores se sente sobrecarregada, com um volume de trabalho muito grande. "Nem mesmo as melhores empresas podem ser indicadas como perfeitas", diz. "Mas a excelente notícia da noite é que essas mesmas empresas oferecem a seus colaboradores oportunidades de desenvolvimento na carreira. E com isso eles se sentem motivados", afirma Civita. Os dados financeiros mostram isso. A rentabilidade das 150 empresas foi de 17,8%, enquanto que a rentabilidade média das 500 maiores empresas do Brasil, segundo o anuário EXAME Melhores & Maiores 2005, foi de 11%. "Isso mostra que investir em gente ainda dá o melhor retorno", afirma o Roberto Civita. [...]

Promon é a melhor empresa para trabalhar do Guia 2005. Portal Exame, Adaptado. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/gestao/conteudo_89701.shtml>. ¹⁷ Acesso em: 06 set. 2005.

Comentário¹⁸

Enxugamento, terceirização, qualidade total, qualificação do trabalho, liderança, criatividade, empreendedorismo, vontade de vencer e... será que esquecemos alguma coisa? Com certeza, sim...

Essas palavras se tornaram muito comuns no cotidiano empresarial e até mesmo vocabulário corrente nas últimas décadas.

Isso provém das novas formas de organização industrial e de relacionamento entre capital e trabalho, iniciadas com a crise dos anos 70.

Essa crise revelou o esgotamento do modelo de acumulação fordista/taylorista, que foi superada, no setor industrial, com o modelo toyotista, surgido no Japão pós-Segunda Guerra.

O toyotismo consiste num conjunto de práticas que visam otimizar os processos produtivos. Para tanto, executa uma produção flexível, utiliza-se da terceirização (o que leva à especialização em determinada fase do processo)¹⁹, reduz os estoques ao mínimo e reúne os trabalhadores em equipes, os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade).

Dentre todas, a maior “contribuição” advinda do toyotismo consiste fundamentalmente numa organização do trabalho mais exploratória.

As práticas de organização do trabalho toyotistas se diferenciam radicalmente das fordistas/tayloristas no que diz respeito à divisão do trabalho. No sistema anterior, a máxima divisão do trabalho era condição necessária à acumulação. Entre outros motivos, o surgimento de uma demanda por produtos mais diversificados fez com que as empresas do novo modelo valorizassem a *subjetividade* dos trabalhadores, sem a qual não seriam criativos, empreendedores, flexíveis, multifuncionais e capazes de tomar certas decisões. Esta subjetividade era desprezada pelo modelo fordista, que transformava o trabalhador num apêndice da máquina.

A utilização da subjetividade por parte da empresa, além de servir ao atendimento de uma demanda diferenciada, serve também para um aumento da intensidade do trabalho. Aumenta-se tanto a intensidade do trabalho (devido ao aumento dos esforços do trabalhador) quanto a produtividade (advinda de novas tecnologias)²⁰.

Uma das mais importantes inovações na forma de organização do trabalho trazidas do Japão para o Ocidente foram os CCQ's. Os trabalhadores são divididos em pequenas equipes, e cada uma tem um líder. Este se sente

¹⁷ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

¹⁸ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2005.

¹⁹ A fábrica da Toyota, por exemplo, concentra apenas 25% do processo produtivo, deixando o restante nas mãos das terceirizadas.

²⁰ Note que aqui a intensidade do trabalho é mais importante do que a produtividade. Exemplo disso é a fábrica da Toyota: na década de 50 ela tinha nível de produção por trabalhador maior do que os níveis ocidentais, mesmo empregando uma tecnologia inferior.

em posição de superioridade em relação aos demais, como se fosse uma espécie de gerente, ficando responsável pela produção e pelo controle de qualidade. Assim, sente-se valorizado, porém todo esse sentimento de liderança encobre a sobrecarga e as responsabilidades que são lançadas em seus ombros.

Para alcançar esses cargos de liderança na equipe, assim como promoções e aumentos salariais²¹, passa-se a vivenciar, dentro da fábrica, um ambiente de competitividade, e até mesmo de rivalidade. Os trabalhadores passam a vigiar a si próprios, seus próprios companheiros. Até os gastos que os capitalistas tinham com a gerência, para vigiar seus trabalhadores, diminuíram...

Assim, torna-se desnecessária uma parcela dos trabalhadores, que é demitida. O clima de insegurança gerado por essas demissões aumenta ainda mais a dedicação dos trabalhadores, dando continuidade ao processo.

Como o trabalhador vive em condições melhores dentro da fábrica, poderia-se argumentar que o trabalho alienado estaria chegando ao fim. Ora, isso seria achar que a alienação deriva apenas da alta divisão do trabalho. Alienação é “estranhamento” e, nesse sentido, o trabalho ainda é alienado, já que, como disse Ricardo Antunes, os trabalhadores “devem entregar sua subjetividade à disposição do capital”. Sua subjetividade deixa de ser sua,

atende a objetivos que não são os seus. Sua subjetividade é estranhada, alienada. Passa a pertencer não mais ao trabalhador, mas à empresa.

O seu trabalho, por mais criativo que seja, dentro desse sistema não ultrapassa o limite de cumprir determinada tarefa em função do capital. E os fins visados numa determinada tarefa (que num trabalho verdadeiramente criativo seriam traçados pelo trabalhador) são impostos a ele, mesmo que ele não se dê conta disso.

O que ganha o trabalhador com toda a sua criatividade sendo reconhecida? Para quem vão os ganhos advindos da valorização da subjetividade? Para o trabalhador, o dono dessa subjetividade?

²¹ Fica claro que essas vantagens se restringem a um grupo seleto de trabalhadores. No Japão, por exemplo, apenas 20% dos trabalhadores desfrutam do tão apregoado emprego vitalício.

Eleições: Uma Visão Inter Esferas dos Sete Pecados Capitais

Daniel Pereira Sampaio

Parlei Busatto Prando

Orgulho é um sentimento de satisfação pela capacidade ou realização, geralmente alheia. Quando aplicado a si mesmo, é tido como um exagero no qual os próprios valores são superestimados, acreditando ser melhor ou mais importante do que os outros.

Avareza é o apego sórdido, uma vontade exagerada de possuir qualquer coisa. Mais caracteristicamente, é um desejo descontrolado, uma cobiça à bens materiais e ao dinheiro, ganância. Mas existe também avareza por informação ou por indivíduos, por exemplo.

A luxúria é um dos sete pecados capitais e consiste no apego aos prazeres carnavais, corrupção de costumes, sexualidade extrema, lascívia, sensualidade.

Inveja é o desejo por atributos, posses, *status*, habilidades de outra pessoa. Não é necessariamente associada a um objeto: sua característica mais típica é a comparação desfavorável do *status* de uma pessoa em relação à outra.

A inveja é um dos sete pecados capitais na tradição católica. É considerado pecado porque uma pessoa invejosa ignora suas próprias

bençãos e prioriza o *status* de outra pessoa no lugar do próprio crescimento espiritual.

Gula é, em seu sentido mais usual, o desejo incontrolável por comida. Porém, este termo dá margem a outras interpretações, como a gula por comprar, gula por usar etc.

Ira é um intenso sentimento de raiva, ódio, rancor, um conjunto de fortes emoções e vontade de agressão geralmente derivada de causas acumuladas ou traumas. Pode ser visto como uma cólera e um sentimento de vingança, ou seja, uma vontade frequentemente tida como incontrolável, dirigida a uma ou mais pessoas por qualquer tipo de ofensa ou insulto.

A Preguiça é também um dos sete pecados capitais, caracterizado pela pessoa que vive em estado de falta de capricho, de esmero, de empenho, em negligência, desleixo, morosidade, lentidão e moleza, de causa orgânica ou psíquica, que a leva à inatividade acentuada. Aversão ao trabalho, frequentemente associada ao ócio, vadiagem.

Disponíveis em: <<http://pt.wikipedia.org>>²². Acesso em: 18 out. 2006

²² Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.



Disponível em: <http://www.jblog.com.br/media/1/20061003-caruso.jpg>²³. Acesso em: 10 mar. 2006.



Disponível em: http://www.charge-o-matic.blogger.com.br/charge1108_01.gif²⁴. Acesso em: 10 mar. 2006.

Comentário²⁵

Caro leitor, em um destes momentos de reflexões sublimes - aqueles em que “não temos nada pra fazer” -, observamos a fotografia do cenário político-eleitoreiro brasileiro. Sem dúvida que a orgia eleitoral toma conta da renovação das esperanças de todos e, claro, desperta uma ânsia pecaminosa! Vejamos:

O governo da situação - o PT -, após ter chegado pela primeira vez no ápice do poder, quer manter-se no comando, utilizando-se da mesma estratégia publicitária da eleição

²³ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

²⁴ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

²⁵ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2006.

anterior: o “Lula *light*”.

A reeleição presidencial é o supra sumo da existência petista. Até mesmo com o presidente declarando publicamente que se opõe a ela. Portanto, a **AVAREZA** pelo poder é considerada por nós como o primeiro pecado. É tamanha sua influência que o partido modifica até seus ideais, chegando a provocar a saída de vários antigos militantes.

Como era de se esperar, como em toda eleição, contamos com a figura da oposição. Os tucanos, ainda com “dor de cotovelo” da última eleição, vêm com todo seu furor, dispostos a retomarem a todo o custo seu domínio. Tudo bem, reconhecemos que a campanha do concorrente Geraldo Alckmin (PSDB) começou meio morna, porém, quando ao menor sinal de que o presidente Lula não era onipotente, o partido cerra os punhos (frisa-se: cerra, e não Serra, risos) e vai pra briga.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), lembrando seus áureos tempos, trava peleja com o PT, e aí surge a **INVEJA**.

Sem embargo, acompanhamos nos periódicos e hebdomadários a utilização explícita da máquina pública (ministros, secretários etc.) em benefício do candidato à reeleição. Na tentativa de aumentar seus benefícios e *status*, insere-se a **GULA**. O ato de nunca estar satisfeito, de querer sempre mais, aliado à idéia de não digerir, apenas engolir, caracteriza este pecado. Pois é leitor, como diz o chavão, “se a farinha é pouca, meu pirão primeiro”.

Mas pecado é uma coisa cruel meu amigo, que cresce a taxas exponenciais. Os dois

candidatos, mesmo que não envolvidos diretamente, têm seus governos repletos de esquemas de corrupção, escândalos e desastres sociais. Não se sabe mais se o Estado trabalha para a sociedade ou se esta é quem trabalha para manter quem está no poder, caracterizando a **LUXÚRIA**.

Ademais, analisando os programas de governo dos dois candidatos, percebe-se claramente que se assemelham bastante. Contudo, sempre colocam-se de forma superior ao outro. Lula diz que Alckmin - *ops!* Geraldo - levará o Brasil de volta ao que foi o governo FHC. Em contrapartida, Geraldo diz que é para Lula parar de viver no passado e reconhecer que o seu governo é que foi uma derrocada. Logo, ninguém reconhece seus erros, ou melhor, tentam minimizá-los, de maneira que destacamos o **ORGULHO**.

Além disso, observamos passivamente os ataques mútuos entre candidatos. O medo da derrota no pleito leva a cada vez mais acusações ferozes e troca de agressões entre adversários, revelando ao maior grau seus instintos primitivos. Tirem as crianças da frente da TV, pois a **IRA** vem com tudo!

Ainda nos falta um dos sete pecados capitais: a **PREGUIÇA**. Poderíamos atribuir este pecado à falta de propostas, opções ou alternativas para o país. Contudo, a resposta para tal questão é outra. Reflita um pouco sobre os pecados discutidos anteriormente...

Pelo exposto, caro leitor, é mais difícil escolher entre o seis e a meia-dúzia que entre Lula e Geraldo. Estes últimos parecem duas moedas

com uma mesma face. Bom... cabe lembrar somente que este mês de outubro tem em sua essência 48 meses.

O espetáculo da realidade oprimida

Marília dos Santos Mareto

Leonardo Ferreira Guimarães

“Todas as sociedades humanas são espetaculares no seu cotidiano e produzem espetáculos em momentos especiais. [São espetaculares, propriamente, em seu genuíno formato de organização social.]

Mesmo quando inconscientes, as relações humanas são estruturadas em forma teatral: o uso do espaço, a linguagem do corpo, a escolha das palavras e a modulação das vozes, o confronto de idéias e paixões, tudo que fazemos no palco fazemos sempre em nossas vidas: nós somos teatro! (...)

Uma das principais funções da nossa arte é tornar conscientes esses espetáculos da vida diária onde os atores são os próprios espectadores, o palco é a platéia e a platéia, palco. Somos todos artistas: fazendo teatro, aprendemos a ver aquilo que nos salta aos olhos, mas que somos incapazes de ver tão habituados estamos apenas a olhar. O que nos é familiar torna-se invisível: fazer teatro, ao contrário, ilumina o palco da nossa vida cotidiana. (...)

[Nós que,] apesar das guerras, genocídios, hecatombes e torturas que aconteciam, [pensávamos viver] seguros com nosso dinheiro guardado em um banco respeitável ou nas mãos de um honesto corretor da Bolsa - fomos

informados de que esse dinheiro não existia, era virtual, feia ficção de alguns economistas que não eram ficção, nem eram seguros, nem respeitáveis. Tudo não passava de mau teatro com triste enredo, onde poucos ganhavam muito e muitos perdiam tudo. Políticos dos países ricos fecharam-se em reuniões secretas e de lá saíram com soluções mágicas. Nós, vítimas de suas decisões, continuamos espectadores sentados na última fila das galerias. (...)

Vendo o mundo além das aparências, vemos opressores e oprimidos em todas as sociedades, etnias, gêneros, classes e castas, vemos o mundo injusto e cruel. Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida. (...)

Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!”

Mensagem de Augusto Boal sobre o Dia Mundial do Teatro. Disponível em: www.ctorio.org.br. Acesso em: 27 mar. 2009.

“Companheiro Boal, (...)

[Você mostrou] para a classe trabalhadora que o teatro pode ser uma arma revolucionária a

serviço da emancipação humana. (...) Poucos artistas souberam evitar o poder sedutor dos monopólios da mídia, mesmo quando passaram por dificuldades financeiras. Você, companheiro, não se vergou, não se vendeu, não se calou.

Aprendemos contigo que um revolucionário deve lutar contra todas, absolutamente todas as formas de opressão. Contemporâneo de Che Guevara, soube como ninguém multiplicar o legado de que é preciso se indignar contra todo tipo de injustiça. (...)

[Soube] transferir os meios de produção da linguagem teatral para que nós, camponeses, façamos nosso próprio teatro, e por meio dele discutir nossos problemas e formular estratégias coletivas para a transformação social.

O teatro mundial perde um mestre, o Brasil perde um lutador, e o MST um companheiro. Nós nos solidarizamos com a família nesse momento difícil, e com todos e todas praticantes de Teatro do Oprimido²⁶ no mundo.

Dos companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.”

Comentário²⁷

Carta do MST em homenagem à vida de Augusto Boal, falecido em 02 de abril de 2009, publicada no dia do óbito pela Agência Carta Maior.

²⁶ O Teatro do Oprimido é a técnica de teatro mais difundida ao redor do mundo e uma criação do teatrólogo brasileiro, Augusto Boal.

²⁷ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2009.

A arte imita a vida. Claro, “do contrário as novelas seriam baseadas em que?”²⁸ (sic). Nessa vida, não só das novelas, mas também dos filmes, propagandas e seriados, vemos respostas prontas, fórmulas de felicidade: todos os casais que se conhecem na chuva, casam-se; derrube o material de alguém e encontre sua nova paixão; case-se, tenha filhos e um cachorro²⁹ e, assim, será feliz (além de desenvolver uma predileção insaciável por margarina – objeto de consumo das pessoas felizes). Dessa forma, somos convencidos de que a realidade é imbuída de relações lógicas, óbvias, entre a realização desses símbolos e a promessa da felicidade, êxtase e *status*. Theodor Adorno fala sobre isso em suas análises acerca da indústria cultural – vista enquanto o conjunto das artes apropriadas pelos fins do lucro e de continuidade das relações capitalistas. Segundo o autor: “A Indústria Cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”.

Para Adorno, a indústria cultural cria esquemas de compreensão da realidade, fórmulas que ditam as ações, sem a necessidade de pensamentos ulteriores, esquematismos que aparecem como promessas estéticas de uma realidade extasiante. Mas, a vida não é nenhuma novela, a chuva nem sempre vem para unir casais, e casamentos

²⁸ **A arte imita a vida** – The art imitates life. 2006. Disponível em:

<<http://sukkasweety.blogspot.com/2006/10/arte-imita-vida-art-imitates-life.html>>.

²⁹ Nenhum dos autores da resenha tem algo contra cachorros ou infantes, muito pelo contrário...

nem sempre envolvem cachorros, sorrisos e margarina. Vejamos o caso do “Homem Marlboro”³⁰ que, através de um objeto de consumo, materializa sua virilidade, potência (bens tão necessários à completude do homem contemporâneo) e saúde. Assim, os tão inseguros adolescentes iniciam-se no fumo para alcançarem tais “virtudes”. O mundo das mercadorias aparece como fonte da felicidade. Cada vez mais, o “ter” sobrepõe o “ser” e isso, insustentavelmente, contamina o mundo. Sendo assim, a fruição do gozo prometido não se cumpre, o “Homem Marlboro” morre de câncer e impotente; a mulher feliz da novela já se separou tantas vezes quantas pretendeu encontrar seu amor; e a criança contente precisa de uma “Super Nanny” para educá-la, o que nem os pais, nem a Xuxa, foram capazes de fazer.

Mas, felizmente, existem aqueles que remam contra a maré, enfrentam os esquematismos da realidade moldada, a exemplo de Boal: “Somos todos artistas: fazendo teatro, aprendemos a ver aquilo que nos salta aos olhos, mas que somos incapazes de ver tão habituados estamos apenas a olhar”. Assim, não estamos limitados à tarefa de assistir a esses modelos previamente falidos e reproduzi-los passivamente. Como sujeitos responsáveis da história – ou como seres sociais –, cabe a nós a incumbência de transformar a realidade. “Atores somos todos

³⁰ O Marlboro Man era parte de uma propaganda de cigarro que foi ao ar de 1954 até 1999. Sua imagem envolve viris cowboys dominando a natureza com seus cigarros.

nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!”.

Boal nos ensina – e ensina como ensinar – a retirar esse véu que encobre o mundo, que desenha trilhos que não existem, limites falsos, felicidades frívolas. Ao dizer que somos todos atores e nos convidar para o palco de seu espetáculo (que, assim, se torna nosso), mostra que podemos mudar a ordem das coisas. Em outro momento, é mostrado que o espectador não pode, simplesmente, subir no palco, se tornar protagonista e esquecer-se do impacto da coletividade – representada pela platéia que permanece sentada. No Teatro do Oprimido, a platéia não permanece passiva, acrítica. Ela é estimulada a emitir sua posição, mostrando as dificuldades que podem surgir nas ações idealizadas pelos novos sujeitos sociais, negando aquele gozo – sempre tão prometido pela indústria cultural e frustrado por uma crua realidade.

Na lógica do capitalismo, a propriedade privada é lei sacramentada pelos regulamentos nacionais e pela declaração universal dos direitos humanos. Os conhecimentos, as técnicas e até os pensamentos podem ser apropriados e tornados lucrativos. Nosso teatrólogo não poderia seguir essa lógica. No Teatro do Oprimido, é fundamentada a transferência dos meios de toda a produção teatral, desde os textos até as categorias estéticas. Seu uso e seus princípios são difundidos para serem apropriados pelas massas oprimidas de todo o mundo: pelo trabalhador explorado das minas de carvão, pelo semiescravo das jazidas africanas de

diamante, pelo trabalhador chinês que monta tênis para as elites mundiais e recebe um salário de fome. O Teatro do Oprimido não pode ser apropriado para o lucro e usufruto das elites artística, intelectual, cultural ou financeira.

O Teatro do Oprimido nos deixa a mensagem de que a realidade é mais complexa do que mostra a estética dominante da mercadoria. Os pensamentos não são propriedade ou fonte de ganhos, nem servem para a distinção dos pobres incultos da elite intelectualizada. A arte é de todos e para todos. É por ser a forma de arte que tenta não imitar a vida, mas dizer que a vida é arte e que nós somos os atores, roteiristas e diretores capazes de transformá-la, que essa é a mais difundida técnica teatral em todo o mundo e não morrerá com seu fundador.

A Falácia do Liberalismo: Ciclicidade Histórica

Amiris de Paula Serdeira

Breno Zini Moreira Silva

Diques para o tsunami

Neste mundo em transformação, demasiados analistas, planejadores e economistas brasileiros continuam presos a paradigmas e (falsos) problemas dos anos 1990. Foi preciso muito apego a agendas do passado (e ao rendimento fácil das aplicações financeiras) para se opor à redução das taxas de juro quando as evidências do agravamento da crise europeia e as consequências negativas do câmbio supervalorizado já estavam à vista.

Denunciar cautelosas medidas protecionistas como um escândalo nesta conjuntura é uma atitude do mesmo naipe. (...) Depois de duas crises financeiras mundiais, de mudanças decisivas no equilíbrio entre as potências do Norte e do Sul e do início de uma guerra cambial, comercial e financeira aberta entre as potências, tornou-se uma atitude ainda mais fora de tempo e de lugar.

(...) A própria Alemanha, cuja primeira-ministra Angela Merkel criticou o protecionismo brasileiro durante a visita da presidenta Dilma Rousseff, adotou 82 medidas protecionistas desde setembro de 2008, enquanto os EUA tomaram 106, a Índia 101 e a

China 94. E o Brasil? Aprovou 80, o que não é nada de extraordinário no atual estado conturbado do mercado internacional.

(...) É preciso uma política de planejamento industrial e de infraestrutura para capacitar o Brasil a competir como um dos BRIC e uma das principais potências econômicas deste admirável mundo novo, mas isso exige criar condições estáveis para o investimento e a concorrência internacional.

Isso significa também um câmbio ao menos tão competitivo e previsível como o têm outros países em desenvolvimento. Como só pode prever o futuro quem o constrói, isso significa um controle efetivo do câmbio e dos fluxos de capitais pelo Estado brasileiro de acordo com as necessidades do seu desenvolvimento econômico no longo prazo, e não dos interesses momentâneos do capital financeiro.

Hoje, a supervalorização da moeda brasileira e a conseqüente perda de competitividade industrial têm mais a ver com fluxos financeiros anormais do que com a “doença holandesa”, que é a supervalorização da moeda pelo excesso de exportação de commodities. Até a agroindústria, menos sensível às oscilações cambiais, começa a sofrer.

(...) A inundação (tsunami, que seja) de moedas e títulos de países ricos - cujos governos tentam amenizar a crise à custa uns dos outros -, e dos países “emergentes” - oferecendo recursos ilimitados a juros reais muito baixos ou negativos a seus setores financeiros - não tem sido suficiente para tirar seus setores produtivos internos do marasmo, mas basta para grandes bancos e transnacionais fazerem a festa, ao captar recursos a custo baixo ou nulo nas matrizes e correr lucros fáceis com a aplicação em nações como o Brasil.

(...) Sem medidas de alcance estrutural, a eventual reversão dos fluxos financeiros – seja por queda dos juros no Brasil, seja por recuperação (ou agravamento) da situação no Norte – poderá deixar um país financeiramente quebrado e com estrutura produtiva sucateada, sem ter condições de continuar a importar o que de fato necessita nem de substituir importações por produtos nacionais, muito menos de competir na arena internacional. Claro que há quem lucre no Brasil com a situação atual e quem se arranjará muito bem diante de uma reviravolta catastrófica, mas não é o que convém à maioria de seus cidadãos.

Diques para tsunamis. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/diques-para-tsunamis/>. Acesso em: 09 mar. 2012.³¹

As respostas de Dilma ao mundo

(...) A presidente tem razão quando afirma que as condições do mercado internacional mudaram, exigindo do Brasil uma nova estratégia. Os riscos de agravamento da crise

financeira mundial diminuíram de forma sensível nos últimos meses, não se fala mais (ou se fala pouco) da possibilidade de um banco quebrar ou de um país europeu dar um calote, mas, certamente, lidar com o que está aí já é bastante desafiador.

Em apenas três meses, o Banco Central Europeu (BCE) despejou € 1 trilhão em dinheiro barato nos bancos da zona do euro. A maior parte desses recursos voltou para os cofres do próprio BCE, indicando que as instituições financeiras não estão dispostas a financiar o setor produtivo neste momento. Por ora, o objetivo daquele banco central é esse mesmo: melhorar o balanço financeiro dos bancos e, ao mesmo tempo, permitir que eles sigam financiando as dívidas dos governos europeus.

Uma outra parte do dinheiro emprestado pelo BCE circula pelo mundo em busca de rentabilidade. É o "tsunami monetário" ao qual se refere a presidente Dilma. A rigor, o tsunami ainda não veio. Poderá vir quando a situação europeia melhorar, diminuindo a aversão dos investidores a risco.

(...) Três anos são, portanto, o prazo que as autoridades monetárias tanto da Europa quanto dos EUA deram aos governos de seus países para melhorar a situação fiscal e recuperar a capacidade de crescimento das economias.

(...) É legítimo as autoridades se preocuparem com a indústria; as medidas de desoneração da folha vêm em boa hora, mas o ideal seria o governo trabalhar num conjunto mais amplo de reformas que induzam o aumento da

³¹ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

produtividade. Desse rol, não podem faltar medidas para ampliar a infraestrutura, qualificar a mão de obra, reduzir e racionalizar a carga tributária e estimular a inovação tecnológica. (...) O governo sabe também que há uma tendência de longo prazo de apreciação da moeda brasileira. Contra isso não há muito o que fazer.

A resposta de Dilma ao mundo. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2569212/respostas-de-dilma-ao-mundo/>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

Comentário³²

Os ânimos na última cerimônia de abertura da CeBIT (sigla alemã que representa a maior feira de tecnologia e comunicação do mundo) se alteraram entre a presidente Dilma Rousseff e a chanceler alemã Angela Merkel. O motivo para as falas atravessadas na feira, realizada em Hannover, foi o recente pronunciamento da presidente brasileira sobre as consecutivas expansões monetárias que vem sendo realizadas, majoritariamente (nos últimos meses), pela União Européia, chamadas de “tsunamis de liquidez”. O termo é cunhado para definir operações de liquidez com emissões de haveres monetários que, em 3 meses, já contabilizam 1 trilhão de euros, e entram nos outros países com altas taxas de juros.

Antes dessas medidas, a conjuntura básica da economia mundial era dada pelos países emergentes com suas altas taxas de juros,

visando atrair capitais estrangeiros e, com isso, aumentar o investimento no país, seja por iniciativa privada ou pública. A entrada desse montante de capital também agiria tentando reverter o quadro da conta corrente da balança de pagamento, como é o caso do Brasil - que durante toda a última década, teve sua balança de pagamentos deficitária. Todavia, o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos não é um problema que se possa resolver com meia dúzia de medidas. É, na verdade, um problema de cunho estrutural. O agravamento do déficit da CC se dá devido à sobrevalorização cambial e a consequente queda do saldo da Balança Comercial.

A situação já muda quando tratamos da grande maioria dos países desenvolvidos, dado que os mesmos eram superavitários na conta corrente. Isso ocorre devido ao superávit da Balança de Serviços e Renda – estes países são os berços de grandes empresas, o que acaba fomentando a prestação de serviços por esses países.

Enquanto uma solução imediata de caráter quase paliativa para resolver os problemas econômicos gerados pela recessão que assola o mundo, em especial após a crise que estourou em 2008, essas operações adotadas pelo BCE (Banco Central Europeu) visam aumentar as atividades econômicas dos respectivos países, porém acabam gerando um fluxo de capitais com direção à novos lugares com altas taxas de juros para aplicação de capital. Não obstante, a proposição do “tsunami de liquidez” gera instabilidade por dar margem a dúvidas quanto ao lapso temporal que será necessário para resolver os problemas das economias

³² O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2012.

européias. Estimativas feitas por instituições financeiras europeias são de que serão necessários, no mínimo, três anos. O receio do resto do mundo, todavia, é que a “solução” encoraje bancos e especuladores em geral a sacarem grandes volumes de dinheiro barato que receberam das autoridades monetárias de seus países.

Por enquanto, parte da massa monetária ainda está contida na zona do euro, mas há uma inquietação no que tange à liberação dessas quantias no mercado mundial, o que formaria fluxos avassaladores em busca de operações lucrativas nos mercados ditos emergentes, valorizando as moedas nacionais destes países e, com isso, esmagando suas competitividades externas. É inquestionável que esse fluxo já existe, podendo ser notado na sobrevalorização de moedas emergentes.

Apesar das recentes expansões monetárias, somadas ao intenso fluxo de capitais de países desenvolvidos para os emergentes, a primeira-ministra alemã não tira totalmente a razão da presidente brasileira. Porém, afirma que as operações de liquidez são fundamentais para dar o tempo que as nações (européias, por exemplo) precisam para realizar suas reformas e se reestruturarem economicamente, com geração de empregos e diminuição de déficits fiscais.

Nos últimos tempos, os países emergentes vêm tentando adotar medidas para se protegerem desse “tsunami de liquidez”, que se agrava cada vez mais com as grandes emissões de euros. Como medidas para conter esta enxurrada

monetária, há o processo de redução da taxa básica de juros, a Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia), que caiu 0,75 p.p., atingindo 9,75% na última reunião do Copom, diminuindo, assim, a remuneração dos títulos públicos indexados a esta taxa. Há também o aumento da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), um imposto que incide sobre operações de crédito realizadas (majoritariamente) por instituições financeiras, sobre operações de câmbio, operações de seguro realizadas por seguradoras e relativas a títulos ou valores mobiliários. O recente aumento do IOF para 6%, somado ao aumento do tempo mínimo para permanência do capital no país – agora, a alíquota sobre empréstimos realizados no exterior por empresas e instituições financeira tem prazo mínimo de três à cinco anos –, visa uma tentativa de frear a vinda de capital especulativo para dentro do país e substituí-lo por capitais que buscam investimentos de longo prazo, ou seja, que vão realmente contribuir para o crescimento do país no futuro.

O problema fundamental é que essas medidas não ocorrem de uma hora para outra. Além disso, esses países sofrem uma forte pressão política para que estas medidas não sejam tomadas, já que tomá-las dificultariam ainda mais a reestruturação financeira dos países desenvolvidos. As medidas tomadas pelos países emergentes são muitas vezes taxadas de protecionistas e unilaterais, sendo questionadas nas reuniões da OMC (Organização Mundial do Comércio), que trata das regras mundiais de comércio e tem como

uma das funções verificar as políticas comerciais adotadas pelas nações.

Porém, esses questionamentos caem por terra quando observamos os números de medidas protecionistas adotadas pelas principais economias do globo. Com sua competição feroz para melhorar suas exportações, desde 2008, a Alemanha já adotou 82 medidas protecionistas, os EUA adotaram 106 medidas, a China 94 e a Índia 101 medidas, enquanto o Brasil adotou apenas 80. O ponto é que, por mais que nós compreendamos os problemas europeus, para países como o Brasil, os danos causados na economia não são sustentáveis.

A pedra angular desta discussão é que mais uma vez a história se prova cíclica: as mesmas nações desenvolvidas que impuseram uma série de medidas de liberalização comercial aos países em desenvolvimento durante o Consenso de Washington, enquanto adotavam medidas protecionistas internamente, fazem a mesma coisa hoje, ao impedirem os países emergentes de adotarem medidas protecionistas, buscando não o bem do mercado internacional, mas seus próprios interesses, uma vez que a maioria das nações está na ressaca da crise e busca o fortalecimento de suas economias. O protecionismo de algumas e a liberalização de outras não vão melhorar em nada essa situação.

Em suma, questiona-se quando os jogos de cinismo europeu, bem como o norte-americano, vão acabar (e se vão acabar). Não somente isso, mas também quando os países chamados emergentes, como é o nosso

caso, vão parar de tomar medidas de “maneira pontual, improvisada e insuficiente” como têm feito e começar a tomar medidas de cunho estrutural para mudar efetivamente a situação de suas economias, podendo criar, de fato, “diques” para contenção da liquidez que a Europa tenta nos impor goela abaixo (como faz há tanto tempo).

Muito importa quem se importa

Anelyse dos Reis David

Millena de Pinho Moraes Alves

Presença de médicos muda realidade da saúde

Mudanças dependem de tempo. Na saúde, para uma transformação mínima, só um ano pode não ser o suficiente. Porém, em Reriutaba, cidade a 309 km de Fortaleza, 12 meses conseguiram trazer à tona um ambiente de mais cuidado, mais atenção, mais cidadania. Esse é o período de atuação, no município, dos primeiros profissionais pertencentes ao programa federal Mais Médicos.

[...] Sete médicos do programa federal trabalham hoje em Reriutaba. Todos são cubanos. Com isso, áreas que nunca tinham tido médico agora têm atendimento, conforme o secretário da saúde, Francisco José Cavalcante Lima Melo.

Assim, aumentou a demanda por exames e medicamento, mais consultas foram realizadas. “Deu um salto gigantesco na saúde”, diz o secretário.

O “salto” é sentido por moradores como a dona de casa Rosa Maria de Assunção, 62. A localidade Riacho das Flores, onde ela e a família moram, nunca tinha tido médico. “Era muito ruim pra gente porque tinha que ir a Reriutaba pra ter atendimento. Agora, toda hora tem médico aqui”. Na unidade do local, a

Pedro Florêncio Cardoso, atende o cubano Jorge Luís Baños Toirac, 47. Depois de missão comunitária na Venezuela, encontrou no Mais Médicos nova oportunidade de exercer a “medicina comunitária”, como diz. Veio para o Ceará. Encantou-se.

“O que mais me impressionou foi o sentimento das pessoas. É uma gente simples, honesta. O ‘obrigado’ que dão é com o coração”, reconhece. Semanalmente, nas visitas domiciliares, encontra ouvidos atentos. Fala sobre amamentação, cuidados com a alimentação (já que hipertensão e diabetes são duas das doenças crônicas mais comuns na cidade). Assim, Jorge ensina. Porque ser médico é também ser professor.

No local em que Isidro Rosales Castro atende, a Unidade Básica de Saúde (UBS) Manoel Zeferino da Silva, na localidade do Oitizeiro, a satisfação também é sentida em qualquer conversa com pacientes. Isidro e a esposa, Esperanza Anabel Dans León, foram os dois primeiros médicos do programa a chegar a Reriutaba, em setembro de 2013. “Nunca nenhum médico tinha pedido exame de mamografia”, lembra a dona de casa Maria das Dores Pereira da Silva, 45, paciente de Isidro. [...]

Presença de médicos muda realidade da saúde. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/22/noticias/jornalcotidiano.3318355/presenca-de-medicos-muda-realidade-da-saude.shtml>>³³



Charge e montagens reúnem críticas e apoio ao programa Mais Médicos. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/album/2013/09/08/charges-retratam-programa-mais-medicos.htm#fotoNav=35>>



Charge e montagens reúnem críticas e apoio ao programa Mais Médicos. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/album/2013/09/08/charges-retratam-programa-mais-medicos.htm#fotoNav=8>>

Comentário³⁴

No dia 8 de julho deste ano, o Programa Mais Médicos do Governo Federal completou um

³³ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

³⁴ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2014.

ano. Criado como medida de urgência, para vigorar por três anos, ele veio com intuito de suprir um déficit de médicos em diferentes regiões do país. As ações do governo em volta do programa não se limitam apenas em levar médicos para as regiões que mais necessitam. A ideia é que, até 2017, sejam abertas mais 11,7 mil novas vagas nos cursos de medicina em todo o país. Além de novas vagas, o programa prevê também a ampliação de residências médicas em diversas cidades do país, buscando não se concentrar apenas nas grandes cidades.

O programa iniciou com uma série de críticas do Conselho Federal de Medicina e da população, em grande parte desinformada. Foi um alarde quando o primeiro profissional estrangeiro pisou em solo brasileiro e foi apresentado como médico do programa. Um famoso exemplo foi o caso do cubano Juan Delgado. Quando este chegou ao Brasil, ainda no aeroporto em Fortaleza, foi recebido ao som de vaias e gritos xenófobos e racistas da elite médica brasileira. Além deste caso, houveram manifestações e críticas vindas de todos os lados.

Uma das principais críticas é a qualidade de ensino dos médicos em Cuba. Os cursos de medicina no Brasil têm semelhanças e diferenças em relação aos de Cuba. No geral, os currículos são muito parecidos, a maior diferença está na formação do que é ser um médico e qual o seu papel na sociedade. A visão da medicina cubana é mais preventiva, diferente do Brasil em que o foco sempre está na cura da doença e não no que é necessário fazer para evitar adoecer. Um dos motivos por Cuba ter adotado esse modelo de ensino é

devido ao embargo econômico sofrido, desde 1962, que dificultou a importação de tecnologia e de medicamentos. Boa parte dos profissionais estrangeiros que vêm para o Brasil são direcionados a trabalhar na atenção básica e preventiva, área na qual os cubanos estão mais preparados. Aquela velha máxima: é mais barato e menos trabalhoso prevenir do que remediar.

No Brasil, a medicina preventiva fica em segundo plano e os atendimentos médicos são reféns de pedidos de exames e de tratamento com medicamentos, ambos em sua maioria com alta tecnologia e importados. O ensino cubano, como já citado, é diferente em relação ao brasileiro. Na ilha os médicos têm condições de atender pacientes sem utilizar somente a alta tecnologia, o que facilita sua ida para o interior do país, onde os médicos brasileiros elitizados afirmam não ter condições de realizar atendimento por falta de estrutura. Não se redime aqui a precária infraestrutura dos deficitários hospitais e postos de saúde, mas não ir para o interior por este motivo não é um argumento justificável.

Outra crítica foi a falta de concordância com a vinda de médicos estrangeiros para cobrir o déficit de profissionais. No entanto, é válido ressaltar que antes de abrir vagas para médicos estrangeiros, o Programa Mais Médicos deu oportunidade para os profissionais formados no Brasil, depois para os brasileiros formados no exterior e por fim aos estrangeiros, e mesmo assim a adesão foi grande apenas entre médicos estrangeiros. Além do mais, quem fez essa crítica provavelmente não olhou a

situação da população mais afastada dos centros urbanos, que não possuem profissionais para atendê-los. A respeito deste problema, o governo tentou saná-lo criando o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), para levar médicos ao interior e aos subúrbios. Contudo, nem 30% das vagas oferecidas foram ocupadas, então como que ficaria a situação das pessoas? É desumano deixá-las passando necessidade até que os médicos brasileiros resolvam abrir mão de suas vidas nos centros para morar no interior.

Tais médicos afirmam que ir para o interior é uma questão que vai muito além da simples decisão de sair ou não dos grandes centros. Para eles, aceitar um trabalho no setor público, e principalmente no interior, significa trabalhar sob péssimas condições, com pouco ou nenhum equipamento e sem um plano de carreira estruturado, como todo profissional almeja, e como realmente deveria ser. Porém, temos que pensar o que é a profissão de médico aqui no Brasil, pois diferente de outros países, a sociedade os torna “superiorizados”. Aqui, médico não é só uma profissão, é sinônimo de *status*.

Apesar das críticas, o Programa Mais Médicos completou seu primeiro ano e a aprovação do programa pode ser vista pela diferença que trouxe para o País. Segundo os dados do Ministério da Saúde, foram contratados 14,4 mil profissionais, 11 mil cubanos, 75% deles enviados para locais de vulnerabilidade social, aumentando em 35% o número geral do atendimento de consultas na atenção básica.

Um dado muito interessante foi a queda de 20% de encaminhamento de pacientes para hospitais, mostrando que os efeitos do programa já são positivos.

Mesmo depois de passado um ano do programa, os Conselhos Federal e Regionais de Medicina criticam a ausência da revalidação do diploma. De acordo com a nota emitida por eles, em setembro deste ano: “[a] ausência de validação de diplomas [...] coloca a população, especialmente a das regiões mais carentes, vulneráveis à ação de indivíduos sem o devido preparo e qualificação”. Realmente, é muito tocante a preocupação dos conselhos de medicina, mas parece que eles não veem que essa mesma população com a qual tanto se importam está abandonada e sem nenhum atendimento médico. A validação de um diploma, cuja procedência é de um país com um dos melhores sistemas de saúde da América, Cuba, não passa de uma burocracia para um assunto tão importante e necessário: a saúde de milhares de pessoas. Estamos tratando aqui do país com uma das maiores expectativas de vida e a menor taxa de mortalidade infantil da América Latina.

O programa foi bem aceito, já que para 86% da população dos municípios que receberam os médicos do programa, houve melhora no atendimento. Mas muito mais importante do que números e dados, é poder ver o carinho e a atenção que a população mais necessitada recebe e retribui. Os médicos que fazem parte do programa o fazem por amor à profissão, uma atitude que vai muito além de dinheiro ou *status*. Há uma relação que não se limita ao

atendimento formal, os médicos vêm tratando seus pacientes com carinho e uma enorme dedicação, sendo retribuídos com sorrisos e agradecimentos dos pacientes.

Ainda precisamos avançar muito na saúde do País. O Programa Mais Médicos está amenizando uma situação precária, principalmente nas regiões mais abandonadas pela elite médica brasileira. Entretanto, o programa não é a solução dos nossos problemas, apesar de suma importância no momento. Mas quais seriam os reais motivos que a elite médica brasileira é contra? Será que é contra por medo da melhora do serviço público de saúde, reduzindo a procura pelo serviço particular de medicina? Ou seria pela perda de espaço no mercado de trabalho, pelo surgimento de uma medicina fora dos moldes da brasileira? Mas afinal, o que realmente IMPORTA?

Muito IMPORTA quem se IMPORTA

A Constituição Não Está Morta

Martinus Cox Bianchin

Millena de Pinho Moraes Alves



Ala religiosa elegeu 78 parlamentares, têm a presidência da Câmara e segue em busca de mais espaço. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html>³⁵

Bancada evangélica ganha força inédita no Congresso

Formada por bispos, pastores e parlamentares leigos alinhados a dogmas religiosos, a bancada evangélica no Congresso demonstra força inédita na atual legislatura.

³⁵ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

A ala de deputados e senadores que unem política e religião elegeu um número recorde de 78 representantes, conquistou a presidência da Câmara pela primeira vez e busca outros postos-chave em Brasília a fim de ampliar seu nível de influência. Entre as prioridades do grupo estão a limitação a reivindicações do movimento gay e o combate à flexibilização das leis sobre drogas e aborto. [...]

O principal nome do grupo, hoje, é o recém-eleito presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Fiel da Assembleia de Deus, teve entre seus cabos eleitorais outros representantes do rebanho evangélico como o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) — braço político do pastor Silas Malafaia em Brasília. À frente da Câmara, Cunha desarquivou projetos como o que cria o Dia do Orgulho Heterossexual e prometeu não colocar em pauta proposições que facilitem o aborto "nem que a vaca tussa". [...]

A frente religiosa também disputará o comando da bancada feminina da Câmara. Uma das cotadas é a presbiteriana Clarissa Garotinho (PR/RJ), filha do ex-governador do Rio, Anthony Garotinho. Ela obteve a segunda maior votação entre os deputados evangélicos,

com 335 mil eleitores, atrás apenas de Marco Feliciano (PSC/SP). Como o grupo feminino faz articulações políticas a respeito de temas como aborto, a presidência do grupo tem importância estratégica.

Cargos em comissões como a de Constituição e Justiça, Seguridade Social e Família e de Direitos Humanos e Minorias também deverão ser buscados pela bancada, já que projetos envolvendo questões de família, direito reprodutivo e outros temas considerados prioritários passam por elas antes de ir a plenário. [...]

Comentário³⁶

Estado laico, ou Estado secular, é aquele em que o país ou nação não atua condicionado por orientação religiosa, pois deveria, teoricamente, representar todos os cidadãos independente de sua profissão de fé, sejam eles crentes, ateus ou agnósticos. Desde 1891, o Brasil deixou de ser um estado confessional (que adota oficialmente determinada crença) e se tornou um estado laico, ou seja, os poderes executivo, judiciário e legislativo estão constitucionalmente, de acordo com os artigos 5º, inciso VI, e 19º, inciso I, da Constituição de 1988, proibidos de influenciar, ser influenciado, financiar, favorecer ou prejudicar qualquer vertente religiosa, pois não existe religião oficial em nosso país.

Entretanto, o que temos notado é que cada vez mais discussões de extrema importância estão

sendo pautadas com base na orientação religiosa de alguns políticos, como as que dizem respeito ao ensino do criacionismo, a proibição de adoção por casais gays, a punição à heterofobia e o aborto como crime hediondo. Isso nos leva a refletir sobre a atuação desses políticos como verdadeiros representantes dos direitos de toda a população de nosso país, ou como defensores de interesses pessoais fundamentados na “crença da maioria”.

O deputado Marco Feliciano (PSC-SP), por exemplo, é autor do PL (Projeto de Lei) nº 8099/2014, que prevê a obrigatoriedade de ensino da doutrina criacionista nas escolas básicas públicas. O argumento do deputado foi que os estudantes não podem ser ensinados apenas a partir da perspectiva da Teoria da Evolução, pois é preciso ter “noções de que a vida tem sua origem em Deus, como criador supremo de todo o Universo”. Porém, além de já estar previsto na Constituição Brasileira que as escolas públicas e privadas podem ter o ensino religioso, mas apenas como uma matéria facultativa, respeitando a diversidade cultural e religiosa do país, o criacionismo é uma crença. Mesmo que o deputado acredite que “por força da fé, dos costumes, das tradições e dos ensinamentos cristãos, a maioria da população brasileira crê no ensino criacionista”, tornar obrigatório o ensino do criacionismo seria ferir a própria Constituição e marginalizar as outras crenças religiosas, que não conformam a maioria da população no país, ou não tem representatividade no congresso, mas que são, cultural e

³⁶ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2015.

historicamente, importantes na história de nosso país.

Outra infame declaração veio quando o atual presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Eduardo Cunha (PMDB- RJ), apresentou um projeto de lei que prevê pena de até três anos de prisão para quem discriminar os heterossexuais. De acordo com o deputado, o Projeto de Lei nº 7382/2010 foi criado para servir de contraponto à chamada Lei da Homofobia (projeto de lei complementar nº 122/2006, que torna crime a discriminação) na pauta do Congresso. Nas palavras dele, o objetivo da proposta da heterofobia é “restabelecer o direito das pessoas de serem normais”. Além disso, em contrapartida ao PL do Estatuto da Família, o deputado admitiu considerar errado que casais homossexuais possam adotar uma criança, e não respondeu se sua posição seria um retrocesso para a sociedade brasileira. "Sou contra, acho que não é a melhor maneira de você educar. Sou a favor de uma educação mais 'igualitária', não acho correta a adoção por homossexuais", afirmou em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Aqui, é apresentado novamente o preconceito e ódio contra todos aqueles que não agem da forma considerada correta na visão apresentada pelos deputados, que pautam suas opiniões e decisões em um conservadorismo retrógrado que simboliza há séculos uma sociedade fundamentalmente patriarcal e machista.

Já quando o assunto é aborto, Eduardo Cunha afirmou ser “radicalmente contra” a votação de qualquer projeto de legalização no Brasil. Em

entrevista ao site do jornal “Estado de S. Paulo”, Cunha foi taxativo: “Vai ter que passar por cima do meu cadáver para votar”. A justificativa do deputado é de que, para ele, é um absurdo a mulher tomar decisão sobre o próprio corpo, pois o feto não tem como se defender perante a decisão repugnante da mulher de abortar. Em complemento a essa declaração, os deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e o falecido Miguel Martini (PHS-MG) escreveram o Projeto de Lei nº 1.763/2007, que prevê o pagamento de uma bolsa durante 18 anos para as mulheres que foram estupradas e engravidaram. Esse PL prevê também um acompanhamento dessas mulheres por psicólogos cristãos, na tentativa de convencê-las sobre a importância da vida e de manter a gravidez. O próprio código de ética da psicologia não permite que os profissionais influenciem “convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual”.

Mas o que tem sido mais preocupante são as declarações cada vez mais despreocupadas quanto à forma e motivação da atuação dos deputados da chamada Bancada Evangélica. “Eu sou cristão e não voto contra a Bíblia Sagrada. Em Gênesis, capítulo 1 – versículos 26 a 28, está claro que Deus fez o homem e a mulher. E casal não é homem com homem nem é mulher com mulher”, foi a fala do deputado mato-grossense Victório Galli (PSC), em entrevista para o portal Olhar Direto, posicionando-se contra o projeto de lei do Estatuto da Família. Longe de discutir se é ou não é constitucional a união homoafetiva, a

moralidade do assunto, ou até os impactos da aprovação deste projeto de lei em termos sociais, o deputado utiliza descaradamente a Bíblia como base de argumentação contrária ao projeto de lei. Cabe então o questionamento: onde está a laicidade de um Estado em que a bíblia é utilizada livremente como um “instrumento normativo”?

Outra declaração que fere os artigos 5º, inciso VI, e 19º, inciso I da Constituição, foi a do deputado federal Henrique Afonso (PT-AC), que disse: “O Estado deve garantir o que pensa a maioria, e acredito que a maioria dos brasileiros acredita no que Deus prega, que é o direito à vida. Não posso separar o deputado do cristão”. A fala do deputado é preocupante, principalmente ao pensarmos o quanto corre risco o nosso direito constitucional à liberdade de crença ou descrença, pois, no momento em que estes fundamentalistas começam a tomar o poder, a descrença ou a crença em alguma religião diferente daquela “dominante” no nosso país passa a ser passível de punição por aqueles que consideram a própria crença o novo marco regulatório legislativo.

No Estado laico em que teoricamente vivemos, existem segmentos religiosos interessados em impor a sua crença na sociedade. Chegamos ao ponto em que, apesar de ser constitucionalmente proibida a interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais, os deputados criaram a auto-denominada Bancada Evangélica, a qual prega indiscriminadamente a religião como

contraponto à importantes questões sociais que há muito afetam minorias e estratos marginalizados da sociedade brasileira.

Talvez um dos pontos mais difíceis de toda a problemática apresentada até aqui seja: o que poderiam fazer os governantes e a população para defender a laicidade do Estado? O Brasil, constitucionalmente, é laico, mas qual a punição por ferir esta norma? Será necessário reformar a laicidade no Estado ou seremos capazes de continuar convivendo com esse Estado falsamente laico? Estamos perto de perder o nosso direito a outra crença que não seja aquela da maioria, assim como a comunidade LGBT, as religiões de raízes africanas e as mulheres já perderam muitos de seus direitos no retrocesso político que vive o Brasil hoje..

Universidades Públicas: Desmonte ou Projeto de Sociedade?

Ana Clara Oliveira Raft

Wires Alves dos Anjos

Universidades criticam cortes para o ensino superior no orçamento de 2018

Para o ano que vem, previsão de orçamento para custeio de instituições federais é 20% menor do que em 2014

Parlamentares e representantes de universidades públicas protestaram contra os cortes para o ensino superior e para a área de ciência e tecnologia, previstos na proposta orçamentária para 2018 encaminhada pelo governo ao Congresso. As críticas ocorreram nesta terça-feira (21), durante comissão geral que debateu, no Plenário da Câmara, a crise nas instituições de ensino superior do País.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Emmanuel Tourinho, destacou que há redução drástica de orçamento dessas instituições. “O orçamento para 2018 é 20% menor do que o de 2014 para o custeio [utilizado para pagamento de despesas cotidianas] e 90% menor em capital [para investimentos]”, criticou.

[...]

Universidades criticam cortes para ensino superior no Orçamento de 2018. 2017. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/549441-UNIVERSIDADES-CRITICAM-CORTES-PARA-ENSINO-SUPERIOR-NO-ORCAMENTO-DE-2018.html>

Comentário

Sabemos que a situação das universidades públicas brasileiras não é nada boa, e isso é consequência direta dos cortes nos investimentos do Governo Federal nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Entretanto, ainda não estão muito claras à sociedade as consequências desse enxugamento orçamentário, por qual razão reduziu-se o investimento e por que a medida permanece em vigor, considerando o potencial inegável que essas áreas têm no desenvolvimento do Brasil. E são exatamente esses três pontos que merecem ser abordados mais detidamente.

Desde 2015, essas instituições de ensino sofrem fortes investidas em seus orçamentos, o que compromete o tripé ensino, pesquisa e extensão, e isso não somente se direciona à graduação, como também aos programas de pesquisa e pós-graduação. Não é difícil encontrar dados que exponham o problema,

seja em revistas científicas ou na mídia comercial. A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), por exemplo, teve uma redução em seu repasse de verba, de acordo com a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da universidade, de R\$ 12 milhões no orçamento de 2017, frente ao ano anterior, e em 2018 terá um orçamento ainda menor, reduzido em mais R\$ 2 milhões.

Habitualmente, nos debates sobre cortes orçamentários no ensino superior público, ciência e tecnologia não são discutidas as consequências para além das mais aparentes do problema. Até porque os impactos imediatos são muito claros no cotidiano das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como a falta de investimento para a melhoria dos espaços físicos, custeio de materiais básicos e manutenção da rotina universitária. A questão que apresentamos é que, se atendo somente ao nível do sensível no universo universitário, não se consegue perceber as consequências mais profundas que essa política orçamentária tem para a sociedade e para a economia do país. Assim, esses investimentos deveriam ser tratados pelos gestores públicos como fonte potencial de melhoramento da sociedade (até porque eles são) e, sobretudo, de soberania nacional, possibilitando alcançar patamares cada vez maiores de desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, se compararmos os percentuais de exportação e importação, um dos indicadores que permite observar o comportamento das economias do Brasil com a China, nota-se uma clara disparidade na

distribuição dos bens relacionados. Segundo dados da OEC (Observatory of Economic Complexity), as nossas exportações concentram-se nas commodities, especialmente os vegetais e o minério, que representam cerca de 31% do total; já as importações carregam um peso maior, cerca de 48%, na compra de máquinas (chips, celulares, computadores, turbinas etc.) e produtos químicos. Por outro lado, a China comercializa com o mundo 43% em máquinas e importa aproximadamente 50% em produtos minerais e maquinário. De forma grosseira, esses dados refletem o quanto nosso país depende tecnologicamente de outros e basicamente alimenta, em matéria-prima, outras nações, ou seja, vendemos soja para comprar turbinas de avião.

Ao discutir essa ligação entre a produção científica e o desenvolvimento nacional como garantia da solidez de um projeto de nação soberano, torna-se inquestionável a importância das pesquisas em Ciência, Tecnologia e Inovação para as sociedades. Assim, um país bem sucedido, nas concepções econômicas atuais, deve implementar um projeto que prime pelo desenvolvimento socioeconômico, apresentando um alto grau de independência tecnológica e, portanto, uma capacidade em estabelecer atividades comerciais internas e externas de alta complexidade. Podemos tomar como exemplo países cujo desenvolvimento social, econômico e tecnológico são muito altos e onde há uma notória preocupação com as pesquisas científicas ali concebidas, como a Coreia do Sul

e Israel, que investiram em 2015, segundo o Banco Mundial, cerca de 4,2% do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento. Na contramão dessa política, o Brasil destinou, no mesmo período, apenas 1,16% do PIB a essa função.

Mediante esse cenário, o desmonte das universidades públicas (organizações que colocamos como principal base para uma maior autonomia nacional) pode ser visto como fruto da forma de inserção econômica do Brasil no contexto mundial. E não pensem que essa é uma escolha da nossa nação para com a comunidade internacional. No mundo, existem os chamados países centrais e países periféricos, e estes conceitos vão muito além da ordem econômica, alcançando diretamente o âmbito de poder e, conseqüentemente, de determinação da função para cada país que se encaixa nessas duas categorias. Os países do terceiro mundo estão amplamente incluídos na categoria periférica, sendo o Brasil um deles. A periferia, independente de qual seja o grau, mundo ou país, serve para os interesses do centro, e o interesse deste é simplesmente ter fontes de abastecimentos para manterem, via economia, seu progresso e hegemonia perante a comunidade internacional. Tomando isso como base, é intuitivo pensar a soberania nacional como privilégio para poucos, e dentro desses poucos o Brasil não está.

Desta forma, um maior investimento possibilitaria ainda a aproximação do diálogo entre as comunidades internas e externas da academia, o que é primordial para se entender melhor a situação em que a pesquisa está inserida. A falta de diálogo entre essas duas

dificulta, por exemplo, a elevação da qualidade do debate acerca do desmonte da educação e da produção científica brasileira, deixando-as, até certo ponto, sujeitas às informações das mídias de massa, que fazem muitas vezes a análise superficial e que apontam para um caráter elitizado que seria supérfluo ao grosso da população. Então, as contribuições ficam restritas à atividade das universidades e a esse mesmo ambiente, dificultando ainda mais a percepção do papel das universidades pelo povo.

Por isso, resumir a política de cortes orçamentários como fruto da alta corrupção existente no país, opinião amplamente difundida nos veículos de comunicação, é não colocar em questão o projeto de nação neoliberal que é implantado no Brasil. Essas medidas não são exclusivamente um pacote de desmonte delas, mas também, e principalmente, um modelo de sociedade e um receituário para nos manter sempre adequados a uma ordem mundial que prestigia as economias dos países imperialistas.

A falta de investimento em educação, ciência e tecnologia, ou outras áreas essenciais para o desenvolvimento nacional, não pode ser tratada como gasto, pois quando colocada nessa perspectiva, a restringimos à ponta do iceberg. Os cortes de bolsa, de incentivo às pesquisas, do custeio, da assistência estudantil ou do R.U., são conseqüências diretas do projeto imperialista que nos empurra para a posição periférica na economia, nos transformando em meros reprodutores de tecnologia. Se queremos um país soberano, independente e que combata

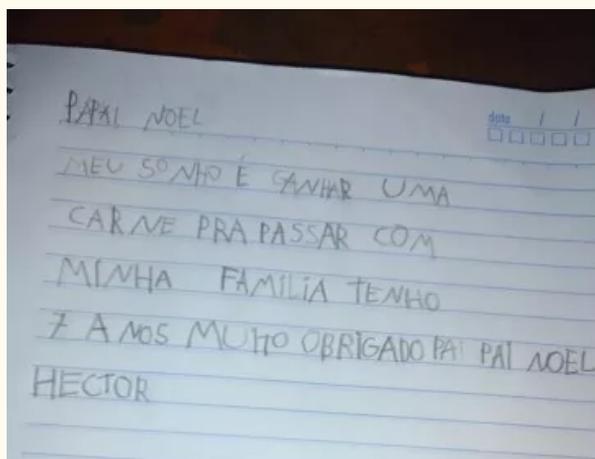
as desigualdades sociais, é preciso investir em conhecimento, isto é, ciência e educação.

Enquanto membros da comunidade acadêmica, é nosso dever levar os debates do ambiente universitário à população, aproximando-os da nossa produção diária. Sem o entendimento da sociedade, não seremos capazes de defender um governo que combata as mazelas sociais, que trate educação e ciência como investimentos e não como gastos, superando a condição de exploração imposta pelo sistema capitalista.

Insegurança Alimentar: o menu principal

Bruna Cavati

Patricia Specimille



Doações a menino do RS que pediu carne em carta ao Papai Noel ultrapassam R\$ 20 mil e família faz churrasco: 'matei a saudade'. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/12/08/doacoes-a-menino-do-rs-que-pediu-carne-em-carta-ao-papai-noel-ultrapassam-r-20-mil>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

“Eu procurei entender qual a receita da fome, quais são seus ingredientes, a origem do seu nome. Entender também por que falta tanto o “de comê”, se todo mundo é igual, chega a dar um calafrio saber que o prato vazio

é o prato principal.”³⁷

Bráulio Bessa, poeta e cordelista brasileiro, em seu poema “A fome”, questiona e procura entender a receita da fome, receita essa complexa, que faz parte da realidade de milhões de famílias brasileiras e que, a cada dia mais, são esquecidas por quem deveria assisti-las.

Segundo pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)³⁸, mais de 116,8 milhões de pessoas encontravam-se em situação de insegurança alimentar no Brasil em 2020, e 19 milhões passavam fome, ou seja, já naquele ano, mais da metade da população do país não se alimentava como deveria, seja na qualidade e/ou quantidade adequada. Além disso, essa situação não atinge toda população da mesma forma. Nas regiões Norte e

³⁷ **Tudo é poema.** 2019. Disponível em: <<https://www.tudoepoema.com.br/braulio-bessa-fome/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

³⁸ **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil.** 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Nordeste, a insegurança alimentar grave era de 18,1% e 13,8%, respectivamente. A média nacional foi de 9%. Lares chefiados por mulheres, pessoas pardas ou pretas, e/ou famílias que vivem em zonas rurais também tendem a ter grau de insegurança alimentar superior. Essa problemática tem-se intensificado nos últimos anos: entre 2018 e 2020, o quantitativo de pessoas que passavam fome se elevou em 9 milhões.

Mas, o que afinal seria a fome? Qual a “origem do seu nome”? A Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (IPC) considera que uma nação se encontra em situação de fome quando mais de 20% da população sofre de extrema escassez de alimentos, mais de duas em cada 10.000 pessoas morrem por falta de comida e a desnutrição aguda afeta mais de 30% da população³⁹.

Contudo, não se deve pensar na fome apenas em situações tão extremas, o que conduz ao conceito de Insegurança Alimentar (IA). Esta ocorre quando o indivíduo não possui condições de se alimentar, de forma regular na quantidade e qualidade necessária. Sumariamente, quando não se consegue fazer três refeições diárias saudáveis⁴⁰. Assim, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de

2017-2018⁴¹ apresenta três classificações para IA: leve, se há consumo de alimentos de qualidade inadequada para não comprometer a quantidade ou preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro; moderada, quando os adultos têm de reduzir a quantidade de alimentos consumidos; grave, quando a fome passa a ser uma experiência de todos os membros do domicílio, inclusive crianças.

E “qual a receita da fome”? A partir do ano de 2020, se tem uma intensificação das pessoas em situação de insegurança alimentar. Contudo, não se pode associar a fome apenas à pandemia da Covid-19, tendo em vista que esta foi apenas um agravante para a crise política e econômica em curso no país desde 2015. Para mais, a inflação dos últimos anos tem apresentado tendência de alta, o que tem corroído o poder de compra dos salários, haja vista que estes são recorrentemente reajustados abaixo do índice inflacionário. Em 2021, no acumulado de 12 meses, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 10%⁴². Entre os alimentos afetados pelo “dragão” da inflação neste período, tem-se a mandioca com um aumento de 48%; o açúcar cristal (37,5%); o fubá de milho (33%); o macarrão (12,5%); a farinha (10,6%), entre diversos outros. Além disso, o gás

³⁹ O que é a fome?. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/02/interna_internacional.851175/o-que-e-a-fome.shtml>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁴⁰ Insegurança alimentar: entenda o que é e qual a situação do Brasil. O povo 2021. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2021/10/23/inseguranca-alimentar-entenda-o-que-e-e-qual-a-situacao-do-brasil.html>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁴¹ Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018: análise da segurança alimentar no Brasil. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv10174_9.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁴² Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202112/c315/all/d/v2265%202/ll,p+t+v,c315/resultado>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

de botijão, outro componente que compromete a renda, registrou alta de 37%. Por esse motivo, a população mais pobre vem convivendo com o perigo dos fogões a lenha improvisados. De acordo com o levantamento realizado pela Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ), de 28 de março até 30 de novembro de 2020, 35,5% dos entrevistados se queimaram ao usar álcool para cozinhar⁴³.

Logo, em uma economia capitalista, como a do Brasil, renda e acesso a condições básicas de vida, como a alimentação, estão interligadas. Isso se evidenciou na pesquisa da Rede PENSSAN, em que famílias que possuem acima de um salário mínimo *per capita* não estão no radar da insegurança alimentar moderada e grave. Contudo, em um dos países mais concentradores de renda do globo⁴⁴, o estudo mostra que 43,3% da população vivia com até meio salário mínimo *per capita*. Além disso, a Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁵ mostra que, em 2020, conforme parâmetro adotado pelo Banco Mundial, 5,7% da

população estava em situação de extrema pobreza e quase um quarto em situação de pobreza.

Assim, se a renda é um fator importante para a Segurança Alimentar (SA), deve-se ter assegurado o emprego. No entanto, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁴⁶, desde 2016 o percentual de desocupados ultrapassa os 10%. No terceiro trimestre de 2021, a desocupação foi de 12,6%, o que, apesar de ter sofrido redução em relação ao trimestre anterior, ainda é um patamar elevado, pois equivale a 13,5 milhões de trabalhadores. Além disso, observou-se, ao longo de 2021, um crescimento na subocupação⁴⁷, no trabalho informal e uma redução na média dos salários reais, o que alarma para a fragilidade em que se encontram muitos dos trabalhadores ocupados: com renda baixa e pouca estabilidade.

Além disso, em relatório produzido pela ONG “Visão mundial, em defesa da infância e adolescência”, destacam-se os riscos das mudanças climáticas para a segurança alimentar. Segundo projeções, caso a escalada de fome verificada nos últimos anos seja mantida, em 2030 serão 300 milhões de pessoas no globo na insegurança alimentar, isto seria mais do que toda população do Brasil atual. Enquanto isso, o Brasil segue na lista dos 10

⁴³ **Aumento no preço do gás de cozinha eleva número de acidentes com álcool.** 2021. Disponível em: <<https://notisul.com.br/geral/aumento-no-preco-do-gas-de-cozinha-eleva-numero-de-acidentes-com-alcool/>>.

Acesso em: 08 fev. 2022.

⁴⁴ **4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório.** 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/4-dado-s-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.ghtml>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

⁴⁵ **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁴⁶ **PNAD Contínua Trimestral.** 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/242/1/pnact_2021_3tri.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁴⁷ A subocupação abarca indivíduos que estão ocupados, mas trabalham menos de 40h semanais; desejam e podem ocupar um novo cargo, e estão em idade ativa (possuem 14 anos ou mais).

países que mais poluem no mundo⁴⁸.

Estes diversos fatores expostos corroboram para a ocorrência de situações degradantes à dignidade humana, como a necessidade de ir até o fundo de estabelecimentos comerciais, como supermercados, e aguardar a chegada dos caminhões de lixo, para tentar pegar alimentos que foram descartados e ainda encontram-se com o mínimo de possibilidade de serem consumidos. Esta é a realidade de Lúcia Polino da Silva, 63 anos, uma das mulheres no vídeo da cidade de Fortaleza que repercutiu no país retratando pessoas na busca por alimentos em um carro de lixo. Ela destacou: “Eu trabalhei de lavadeira por mais de 10 anos na casa dessa minha patroa. Depois dessas doenças aí ela me afastou, porque ela já é idosa e eu também sou de risco. Mas, *para mim* não viver só pedindo, nós começamos a frequentar isso aí”, sem nenhuma fonte de renda e precisando sustentar filhos, netos e bisnetas, o lixo foi a única opção⁴⁹.

Segundo Milene Pessoa, professora de Nutrição da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os riscos à saúde humana para situações de escassez de alimento são diversos, independente do grau de insegurança

⁴⁸ **Mudança climática pode piorar a situação de fome no mundo.** 2021. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2021/11/12/mudanca-climatica-pode-piorar-a-situacao-de-fome-no-mundo/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁴⁹ **Mulheres alimentam famílias com restos de comida jogados no lixo.** 2021. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/10/21/mulheres-alimentam-familias-com-restos-de-comida-jogados-no-lixo.html>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

alimentar ao qual o indivíduo se encontre. Os problemas vão desde a deficiência de macronutrientes, como proteínas e carboidratos, até a falta de micronutrientes, como sais minerais e vitaminas, podendo chegar a situações extremas em que o corpo pare de funcionar⁵⁰. Além disso, as maiores vítimas da IA são as crianças, pois a falta de alimentos essenciais compromete seu desenvolvimento físico e intelectual. Isso pode acarretar em um déficit de estatura por idade, desnutrição crônica e afetar o desenvolvimento cognitivo da criança. A desnutrição, se não tratada adequadamente, pode levar à morte. De acordo com dados do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - SUS), entre 2008 e 2017, ano dos últimos dados consolidados, o Brasil registrou 63.712 óbitos por complicações decorrentes da desnutrição. Isso representa uma média de 6.371 mortes por ano e 17 mortes por dia⁵¹.

No ano de 2021, em uma cartinha de uma criança para o Papai Noel, poderia se ver refletida esta dura realidade brasileira. Hector de Arroio Grande, do Rio Grande do Sul, dizia: “Papai Noel, meu sonho é ganhar uma carne para passar com minha família. Tenho 7 anos,

⁵⁰ **19 milhões de brasileiros vivem com fome; consequências na saúde são irreversíveis.** 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/#>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁵¹ **BRASIL da fome: 17 pessoas morrem de desnutrição todos os dias no país.** Disponível em: <[Brasil da fome: 17 pessoas morrem de desnutrição todos os dias no país - Lima&Reis - Sociedade de Advogados](https://www.brasileiros.com.br/brasil-da-fome-17-pessoas-morrem-de-desnutricao-todos-os-dias-no-pais-lima-reis-sociedade-de-advogados)>. Acesso em: 25 jan. 2022.

muito obrigado Papai Noel”. A família não comia carne desde o natal do ano anterior, alimento que, de acordo com o IPCA, teve o seu aumento acumulado, entre 2019 e 2021, em 69,9%. A cartinha comoveu grande parte da internet, em que muitas pessoas fizeram doações para a família de Hector, as quais ultrapassaram R\$ 20 mil.

Dessa forma, a solidariedade não foi apenas para Hector motivo de alívio, mas se fez presente, especialmente nos últimos dois anos, em diversas famílias brasileiras. Entretanto, apesar de sua evidente importância, esta não pode ser vista como uma solução duradoura. Assim, faz-se necessário uma maior atuação do poder público, com programas não só voltados para segurança alimentar em específico, mas também para transferência e geração de renda. Contudo, o que se tem percebido é uma deterioração destes programas. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi extinto em 2019 pelo atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Este conselho constituía um espaço diverso para a sociedade civil, em que formulavam e acompanhavam programas públicos relacionados a segurança alimentar, sendo um dos principais instrumentos que possibilitaram a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014⁵², ao qual retornou em 2018⁵³,

⁵² Extinto pelo governo, Consea é essencial para combater a fome, diz Nações Unidas. 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/556204-extinto-pelo-governo-consea-e-essencial-para-combater-a-fome-diz-nacoes-unidas/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁵³ Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista. 2022. Disponível em:

marcando um retrocesso histórico.

Para mais, o Bolsa Família, um dos programas do Governo Federal, instituído pelo ex-presidente Lula, estava de acordo com o programa Fome Zero, cujos objetivos primordiais eram o combate à pobreza e a promoção do acesso a serviços públicos básicos. Apesar de não ter alcançado plenamente seus objetivos, é inegável seu impacto. Se em 1999 haviam 20,9 milhões de brasileiros desnutridos, em 2007 o quantitativo caiu para 7,4 milhões⁵⁴. Entretanto, em 2021, o programa foi substituído, pelo governo Bolsonaro, pelo Auxílio Brasil, o qual está assegurado apenas até o final de 2022 (ano eleitoral).

O Auxílio Emergencial, criado em virtude da pandemia da Covid-19, não só ajudou a conter a disseminação do vírus, mas também foi uma forma de manutenção da renda. Dados do Ministério da Cidadania indicam que ele chegou a mais de 126 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 60% da população em 2020⁵⁵. Contudo, este benefício também foi cessado em 2021. Além disso, decretado em dezembro de 2021, o Auxílio Gás auxilia na compra de gás,

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml#>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

⁵⁴ O impacto do programa bolsa família no combate a fome e a desigualdade social no Brasil. 2019. Disponível em:

http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projeca_o2/article/view/1510/1150>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁵⁵ AUXÍLIO emergencial em 2021: entenda a importância. 2021. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/blog/auxilio-emergencial/>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

sendo destinado a famílias de baixa renda⁵⁶. Contudo, este recurso não cessa o problema, visto que diversas famílias não possuem o que cozinhar com esse gás.

Para mais, não se pode deixar de lado o descaso com programas relacionados à Agricultura Familiar que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, corresponde a 70% dos alimentos fornecidos aos brasileiros. No orçamento aprovado para 2022, mesmo com a conquista de mais recursos para alguns programas, após reivindicação da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag), os recursos são ainda insuficientes, como afirma o presidente da Contag, Aristides Santos⁵⁷. Com isso, são prejudicados programas fundamentais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), redução nos recursos para recuperação de bacias hidrográficas, entre outros.

Ao final do poema, Braúlio diz ter enfim encontrado a receita da fome; ele cita o desemprego, as verbas desviadas, a inflação e a corrupção, e termina dizendo que:

“Sendo assim, se a fome é feita
de tudo que é do mal,
é consertando a origem

que a gente muda o final.”

Em um país que corre desigualdade em suas veias, e a concentração de renda privilegia uma minoria rica detentora do poder político e econômico, é preciso dar descontinuidade a suas raízes históricas para que mudanças sejam, de fato, efetivadas. A responsabilidade de garantir o bem estar da população é do Estado, o qual deveria assegurar garantias básicas, por meio de políticas e programas eficientes e duradouros que garantam não apenas alimentação de qualidade, mas também empregos, escolas, hospitais, e demais direitos constitucionais. Enquanto isso não for feito, o prato vazio continuará a ser o prato principal.

⁵⁶ **Auxílio Gás dos brasileiros.** 2021. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-gas/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 03 fev. 2022.

⁵⁷ **Congresso Nacional aprova orçamento para 2022 e recursos para agricultura familiar ainda são insuficientes.** 2022. Disponível em: <<https://www.fetagpb.org.br/2022/01/04/congresso-nacional-aprova-orcamento-para-2022-e-recursos-para-agricultura-familiar-ainda-sao-insuficientes/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Decisões sob pobreza

Isadora Faé

Plínio Natalino



Money power. 2022. Disponível em: <https://cartoonmovement.com/cartoon/money-power-0->. Acesso em: 03 jun. 2022.

A perspectiva de eliminar a pobreza é amplamente discutida em nível mundial. No debate econômico, em especial, ela se apresenta de modo a delimitar a função social e primária das Ciências Econômicas: como melhorar a apropriação da riqueza pelos indivíduos, tanto em termos quantitativos quanto distributivos. Em 2019, Esther Duflo, juntamente com Abhijit Banerjee e Michael Kremer, recebeu o Nobel de Economia “por sua abordagem experimental para aliviar a

pobreza global”⁵⁸. Nesses estudos, bem como em outros, como o desenvolvido por Amartya Sen⁵⁹, se expandiu a concepção de pobreza para além de uma questão sobre a renda, abordando o acesso à saúde, à educação e a outras questões, como ao saneamento. Essa compreensão mais abrangente da problemática da pobreza permitiu que mais estudos surgissem, e um estudo recente, especialmente interessante, demonstra como a pobreza afeta a capacidade de tomar decisões.

Os principais problemas e adversidades que as pessoas pobres encontram mais comumente são, indiscutivelmente, diferentes de pessoas com rendas maiores. As decisões financeiras, para pessoas mais pobres, têm um impacto maior em sua vida. A maior disponibilidade de renda permite que os danos desencadeados por decisões financeiras equivocadas sejam menores e é possível até errar novamente. O endividamento é outro fator que dificulta a tomada de decisões e a realização de um planejamento financeiro, devido a uma série de questões, principalmente por produzir grande

⁵⁸ Fala retirada do discurso do júri da Academia Real de Ciências da Suécia na entrega do prêmio em questão.

⁵⁹ Economista indiano, vencedor do Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel em 1998.

sofrimento, sobretudo quando se possui restrição orçamentária, tendo em vista a necessidade de sacrificar o consumo de bens essenciais, como não conseguir pagar a conta de energia ou do supermercado do mês, por exemplo.

Em abril desse ano, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) publicou mais uma edição da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), que apontou o maior nível de endividamento familiar no Brasil desde o início da série histórica, em janeiro de 2010. A pesquisa indicou que, no mês de abril de 2022, 77,7% das famílias brasileiras estavam endividadas e, deste total, 10,9% admitiram que não devem conseguir quitar essas dívidas, também a maior taxa desde 2010. Segundo a CNC, o principal tipo dessas dívidas decorre do uso de cartões de crédito, com quase 90% das famílias com pagamentos pendentes.⁶⁰ Ademais, segundo o Serasa, 70% dos endividados com o cartão de crédito usaram essa forma de pagamento para comprar comida no supermercado. Ou seja, a maioria ficou com o nome “sujo” para garantir algo básico do dia a dia.⁶¹ Isso evidencia o enorme problema de

renda no País.

O Banco Mundial delimita a condição de pobreza extrema como viver com uma renda monetária menor do que US\$1,90 diários. Convertendo esse valor, isso significa que, segundo o Banco Mundial, a pessoa se configura pobre ao extremo se ganhar menos que R\$272 por mês. Em 2021, o Brasil possuía 27 milhões de pessoas com renda mensal inferior a R\$290. Isto é, 27 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Entretanto, como dito anteriormente, a pobreza não se reduz a uma quantidade monetária, ela abrange outros aspectos da vida. Mesmo com um amplo programa de redistribuição de renda que permitisse superar esse patamar monetário, as pessoas ainda assim poderiam ser consideradas pobres pela abordagem contemporânea do problema, denominada pobreza multidimensional. Assim, superar um parâmetro de análise não pode ser visto como a solução para a pobreza no mundo, afinal, não é apenas receber R\$1 a menos ou a mais que deixa alguém mais ou menos pobre.

Várias questões são relevantes para entender o impacto da pobreza. A título de exemplo, a mortalidade infantil e a nutrição das crianças, que compõem o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI, sigla em inglês). Crianças com restrição nutricional possuem maior dificuldade em seu desenvolvimento cognitivo e corporal, trazendo sérios prejuízos para sua vida adulta. Anos de escolaridade e frequência escolar também impactam e são determinantes para a capacidade de geração de

⁶⁰ *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)* – abril de 2022. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2022/423798>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

⁶¹ *A cada 10 brasileiros que se endividaram com o cartão de crédito, 7 o utilizaram para comprar comida.* 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/cada-10-brasileiros-que-se-endividaram-com-o-cartao-de-credito-7-o-utilizaram-para-comprar-comida/>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

renda. Com isso, mesmo com um maior investimento público em educação, a simples construção de escolas e contratação de professores não significa que isso resultará em um aumento no nível de educação infantil e de renda futuramente, visto que existe um problema enraizado que é a subnutrição infantil. Outros indicadores que compõem o MPI são relacionados ao padrão de vida, sendo eles água potável, eletricidade, habitação etc.

Um exercício mental facilitador é pensar em duas famílias, ambas recebendo R\$400 per capita, uma mora em um bairro com acesso a uma boa escola, posto de saúde e reside em uma casa no centro da cidade, a outra reside em um bairro periférico distante do centro e sem acesso ao saneamento básico. Será que ambas estariam na mesma condição? É evidente que as decisões tomadas por essas duas famílias são feitas levando em conta fatores diferentes. "O cientista comportamental Eldar Shafir e o economista Sendhil Mullainathan utilizam a ideia de "banda larga mental"⁶² para compreender este exercício de tomada de decisão.

Segundo Shafir⁶³, "A banda larga mental é muito limitada. Muitas vezes você precisa focar na urgência do agora e faz isso com competência: resolve o problema. Mas se esse movimento ocorrer o tempo inteiro, nunca

será suficiente. Vai negligenciar outras áreas da sua vida". Essa situação de negligência se aplica no caso dos gastos financeiros. Quando uma pessoa está sobrecarregada dessas decisões financeiras - por exemplo, em como lidar com seu endividamento - ela pode acabar tomando decisões erradas, mas isso não significa que ela é incapaz de tomar decisões - ou, vulgarmente, burra -, e sim que sua banda larga mental atingiu seu limite. Shafir acrescentou que "Se eu cometo um erro, se faço um mau investimento, se esqueço de pagar uma taxa, é só uma irritação. Mas a vida segue. Se você é pobre e comete esses mesmos erros, o preço na vida será muito mais alto. Há menos espaço para erros, assim a vida fica mais complicada, mais difícil". A compreensão dessa problemática é importante na medida em que conseguimos entender um dos motivos da perpetuação da pobreza, além de refutar argumentos comumente baseados em uma lógica meritocrática de que as pessoas pobres não sabem tomar decisões inteligentes ou que não são disciplinadas o suficiente para organizar suas finanças, lógica que, infelizmente, ecoa muito na sociedade. O ministro da economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que "os ricos capitalizam seus recursos. Os pobres consomem tudo"⁶⁴. A superação dessa racionalidade é importante para que possamos superar, ainda, a pobreza.

A abordagem moderna para enfrentar esse

⁶² O conceito foi apresentado pela dupla na obra "Escassez - Uma Nova Forma de Pensar a Falta de Recursos na Vida das Pessoas e nas Organizações", publicada em 2013.

⁶³ *Como a falta de dinheiro prejudica a inteligência e afeta as decisões.* 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61572670>>.

Acesso em: 03 jun. 2022.

⁶⁴ *Congresso em Foco. "Rico capitaliza recursos, pobre consome tudo", diz Guedes.* 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/economia/paulo-guedes-critica-servidor-publico-e-detalha-pacote-pos-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

problema é central, pois influencia políticas que expandem o acesso da população para questões além das monetárias, mas igualmente importantes. Uma forma de identificar a pobreza pode ser através da capacidade de consumo marginal. Toda nova unidade de renda adicionada acaba se transformando em mais consumo quando se possui uma baixa renda. Essa necessidade de gastar tudo que se recebe acaba por gerar um “viés do presente”, as pessoas têm fome hoje e não amanhã, o que explica em parte o alto endividamento no cartão de crédito com alimentação. Sem essa possibilidade de poupança, as decisões são baseadas no imediatismo.

Por serem forçadas a tomar decisões complexas, que impactam diretamente em sua qualidade de vida de forma muito rápida, muitas vezes as pessoas mais pobres - levando em conta a questão da pobreza multidimensional - acabam por tomar decisões que as endividam ainda mais, especialmente por serem necessidades imediatas: fazer a compra do mês, comprar um novo botijão de gás, o material escolar do filho ou pagar o mínimo do cartão de crédito... Ao tratar de pobreza além da questão monetária nesta resenha, fica evidenciado como a potencialidade das pessoas é limitada por aspectos da renda, educacionais e sociais.

